



Anais da Assembléia

Nº 92

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 1996.

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1996
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Nelivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Ruono, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Pelinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Picha, Caio Quintana, Carlos Sinões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Pomanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rony Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Aníbal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 058/96

Curitiba, 13.06.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação desta augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir, no Estado do Paraná, a fiscalização da qualidade dos produtos vegetais, dos subprodutos e resíduos de valor econômico, destinados à comercialização interna, interestadual e à exportação.

A proposição ora formulada consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que virá assegurar a melhor qualidade dos produtos de origem vegetal postos no mercado para consumo humano. A adiante transcrita justificativa apresentada pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, demonstra, mais detalhadamente, os aspectos de conveniência e oportunidade da medida:

"O Estado do Paraná, como é do conhecimento geral, tem por base de sua economia a agricultura e a indústria derivada.

Desse modo, é incontestável que todos os cuidados com a qualidade do produto de origem vegetal e seus derivados de valor econômico são imprescindíveis.

E a lei ora apresentada vem justamente preencher uma lacuna nessa atividade indispensável. Isto é, institucionaliza a fiscalização da qualidade e embalagem do produto em todas as relações de comércio, armazenagem e transporte, abrangendo desde a classificação oficial, a adequação da embalagem à correção dos rótulos e marcações, até a conveniência dos meios de armazenagem e transporte.

Essa fiscalização já está sendo efetuada desde julho de 1988, porém por delegação do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária por falta de legislação própria.

A fiscalização delegada, já como ocorre com outras anteriores, quais sejam a Defesa Sanitária Animal, proteção do solo agrícola, controle da qualidade de fertilizante, etc., é insatisfatória e inconveniente financeiramente. Primeiro porque o Estado, como mero delegado, muitas vezes tem que cingir-se à vontade do Delegante ainda que em detrimento dos seus interesses; em segundo lugar porque arca com todos os ônus da fiscalização e os produtos de multas ou taxas são sempre recolhidos aos cofres federais.

Por essas razões, que se expõe em síntese, é que foram editadas anos atrás as leis estaduais de proteção do solo, da defesa sanitária animal, da proteção do insumo dos fertilizantes agrícolas e outras, todas em concorrência com a legislação análoga federal, as quais trouxeram eficiência incontestável em todos os sentidos no trato da defesa da Agropecuária e do Estado.

Esta é a justificativa do presente projeto de lei que apoia-se, inclusive, no disposto na Lei Complementar nº 65, de 17.07.92."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ANÍBAL KHURY

Governador do Estado
em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituída, em todo o território estadual, a fiscalização da qualidade dos produtos vegetais, dos subprodutos e resíduos de valor econômico, destinados à comercialização interna, interestadual e à exportação.

§ 1º - A fiscalização constitui apoio e controle às atividades de classificação, às transações comerciais, à defesa do consumidor e aos sistemas tributários, municipais, estadual e federal.

§ 2º - A fiscalização de que trata este artigo, fica sujeita à organização normativa, supervisão técnica e execução específica da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, entende-se por fiscalização, o ato de verificar o cumprimento por parte dos interessados, das determinações previstas na Lei Federal nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975, ou outra que vier a sucedê-la.

Art. 3º - O Poder Executivo poderá celebrar convênios com entidades públicas federais e municipais, objetivando melhor execução na execução das atividades instituídas nesta lei.

Art. 4º - Fica instituído na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o registro de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado envolvidas com produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

Parágrafo Único - Ficam sujeitas ao regime estabelecido nesta lei, as pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, que, por conta própria ou como intermediárias, produzam, armazenem, preparem, distribuam, transportem, beneficiem, rebeneficiem, industrializem, enfaudem, presem, represem, ensaquem, embalem, transfilam e comercializem produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

Art. 5º - Os produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico, sujeitos à fiscalização na forma desta lei, são os inscritos em "Pauta de Prioridade" para a classificação compulsória, estabelecida pelo Ministério da Agricultura, abastecimento e Reforma Agrária, prevista pela Lei Federal nº 6.305, de 15.12.1975.

Parágrafo Único - Quando houver necessidade de um controle maior de produtos não inscritos na Pauta de Prioridade, prevista neste artigo, poderá haver fiscali-

zação desde que determinada por Resolução do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 6º - Ficam os interessados obrigados a permitir a fiscalização que, a juízo do órgão fiscalizador, seja necessária, podendo ser solicitado o apoio policial nos casos de resistência ou dificuldade da atividade preconizada por esta lei.

Parágrafo Único - No interesse da fiscalização poderá o órgão fiscalizador exigir vistas de documentos contábeis ou não, bem como, nos casos de necessidade, proceder a suspensão cautelar de produtos sob averiguação.

Art. 7º - Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infringência da legislação de classificação e outros decorrentes desta lei, acarretará isolada ou cumulativamente as seguintes sanções administrativas:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 1000 UFIR, ou de índice equivalente, aplicável em dobro em caso de reincidência;
- c) Apreensão e/ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico;
- d) Suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva;
- e) Denegação, cassação ou cancelamento de registro ou licenciamento;
- f) Intervenção.

Art. 8º - O Poder Executivo baixará, dentro de 45 dias, o regulamento da presente lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 059/96

Curitiba, 13.06.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei apensado da respectiva exposição de motivos, relativa a projeto na área ambiental, objetivando a obtenção de contribuição financeira (doação) de instituição de crédito alemã.

Tal projeto consubstancia as grandes metas do Plano de Governo na área, apresentado a essa egrégia Casa de Leis, no início da atual gestão à frente do governo do Estado do Paraná.

Côncio de que essas propostas virão a contribuir para os novos caminhos pensados para o Paraná e para os cidadãos paranaenses, espero dessa colenda Casa o necessá-

rio apoio e conseqüente aprovação, ao tempo em que reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) ANIPAL KHURY

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação financeira não reembolsável (doação) no valor de US\$ 12.000.000,00 (doze milhões de dólares norte-americanos), equivalente a DM 18.000.000,00 (dezoito milhões de marcos alemães), do Kreditanstalt für Wiederaufbau (Banco KfW), instituição de crédito alemã, com sede na Cidade de Frankfurt am Main, Alemanha, para financiamento a fundo perdido, de parte do Projeto Proteção da Floresta Atlântica no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - As condições referentes à operação financeira não reembolsável autorizada por este artigo obedecerão às normas estabelecidas pelas autoridades monetárias encarregadas da política econômica e financeira da União, observadas as condições propostas pelo Banco KfW e previstas no Acordo Intergovernamental de Cooperação Financeira Oficial Brasil/Alemanha.

Art. 2º - Para a garantia da operação de que se trata, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer contragarantia às garantias da União, podendo para tanto, vincular as cotas de repartição constitucional das receitas tributárias estabelecidas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do artigo 167, inciso IV, todos da Constituição Federal, ou outras garantias em Direito admitidas.

Art. 3º - Anualmente, a partir do exercício subsequente ao da contratação da operação financeira não reembolsável (doação), o Orçamento Geral do Estado consignará dotações próprias para a execução do projeto.

Art. 4º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a:

I - firmar contratos, aditivos e outros instrumentos públicos e particulares necessários à obtenção da contribuição financeira e à outorga de contragarantias de que trata esta lei;

II - firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do referido projeto;

III - abrir créditos adicionais respectivos, até o valor da operação contratada, para atendimento das despesas de sua

aplicação.

Art. 5º - Os recursos para abertura dos Créditos Adicionais de que trata o artigo 4º, item III, serão provenientes das operações de crédito de doação, a ser realizada de acordo com as disposições desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A Floresta Atlântica, não somente por representar cerca de 80% da cobertura florestal remanescente do Estado, mas por estar entre as florestas que apresentam as maiores taxas de biodiversidade de todo o planeta Terra, é hoje alvo de uma situação paradoxal: por um lado apresenta-se como uma das mais ameaçadas pela pressão de desenvolvimento da sociedade atual, já que constitui-se em uma fonte de recursos de alto valor de mercado; por outro, encontra-se em um dos territórios mais protegidos por ações governamentais e não governamentais. Obviamente a segunda situação é consequência da primeira; no entanto, ambas permitem identificar o nível de importância da região.

A cobertura vegetal da Floresta Atlântica é responsável pela manutenção do microclima da região, regulando o regime hídrico dos cursos d'água e garantindo a qualidade dos mananciais que abastecem os municípios do litoral e da Região Metropolitana de Curitiba.

Constitui-se em elemento justificativo da importância da floresta não somente a biodiversidade de flora e fauna na região da Serra do Mar, como também a cobertura do solo proporcionada, que dificulta o escorregamento dos terrenos instáveis das encostas, diminuindo assim as taxas de assoreamento dos rios e das baías existentes no Litoral. Caso contrário, ocorreriam alterações sensíveis nas taxas de reprodução da fauna do terceiro maior estuário marinho do mundo em termos de produção primária (e, conseqüentemente, a produção de recursos pesqueiros de uma grande região oceânica), como também inviabilizaria a operação do porto de Paranaguá, que é dependente da "estabilidade" destas baías.

Dentre as populações locais, algumas são de ocupação tradicional da Floresta Atlântica, constituindo-se de caiçaras, ribeirinhos e indígenas, que, expulsos de suas terras pela pressão durante a sucessão de ciclos econômicos quando do processo de ocupação do Litoral, passaram a dedicar-se à caça, pesca artesanal, agricultura de subsistência, além da grilagem de

terras. Por serem extremamente dependentes do ambiente em que vivem, estas populações locais muitas vezes provocam danos irreparáveis ao meio, ao se utilizarem de atividades exclusivamente extrativistas.

A população urbana apesar de normalmente não ser muito representativa em termos de número de habitantes, apresenta uma alteração profunda nos meses de verão, quando as cidades litorâneas recebem um adicional populacional três vezes maior do que o normal, em média. Este número adicional de habitantes provoca uma elevação nas descargas de lixo, esgotos e no consumo de recursos.

Entre os municípios da região, Paranaguá detém uma situação econômica privilegiada devido à movimentação do porto, maior exportador de grãos do país. O município conta também com a atividade industrial mais expressiva do Litoral e apresenta a melhor estrutura de educação e saúde, que consiste na base de apoio a toda a população litorânea.

A atividade turística da região caracteriza-se não só pela afluência da população às praias, mas também pelos visitantes da Serra do Mar, da Estrada da Graciosa e dos Municípios de Morretes e Antonina, estes últimos principalmente por sua representatividade como patrimônio histórico do Estado.

A Serra do Mar, composta por núcleos montanhosos que se elevam por cima do Planalto de Curitiba, caracteriza-se por um relevo enérgico com encostas de alta declividade, solos mal desenvolvidos e pouco profundos, ou ainda com afloramentos de rocha. O relevo, aliado à beleza natural da Floresta Atlântica, apresenta-se como um dos maiores atrativos regionais para o desenvolvimento do turismo, cujas atividades decorrentes constituem a base da economia regional. O chamado "turismo ecológico", cada vez mais freqüente na região, atrai montanhistas, adeptos de caminhadas na floresta e de piqueniques de fim de semana, pescadores esportivos, e turistas.

As cidades históricas de Antonina, Morretes e Paranaguá tornaram-se pólos turísticos importantes para a região, abrigando uma série de estabelecimentos comerciais destinados ao atendimento dos visitantes. Guarapiranga, além de constituir por si só um local turístico, face às suas características primitivas, tem se destacado como um ponto de partida para o turismo fotográfico e de pesca, além de ser estratégica para alcançar o Parque Nacional de Superagüi e ilhas localizadas nas baías mais interiores.

Um exemplo da importância turística da região é o afluxo de pessoas no percurso ferroviário entre Curitiba e Paranaguá,

que não raramente lotam os vagões do trem nos finais de semana, distribuindo turistas pelas várias estações existentes na Serra do Mar.

O comércio de mercadorias e a oferta de serviços existentes em função da atividade turística, constituem-se em uma das poucas alternativas de renda para a população local, notadamente as localizadas nas cidades de menor tamanho ou no meio rural. Nos balneários, além destas opções, tem-se o mercado imobiliário como outra atividade geradora de divisas, emprego e renda.

Desde o ano de 1989 o Governo do Estado do Paraná vem negociando com o Governo da República Federativa da Alemanha, através de seu agente financiador, o Banco Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), uma cooperação financeira visando implantar um projeto de proteção dirigido à Floresta Atlântica.

Após o Banco KfW negar por três vezes consecutivas a doação (1989, 1991 e 1994), tendo como justificativa a existência de problemas relacionados ao fornecimento de informações e ao planejamento de ações, o Governo do Estado do Paraná resolveu reformular todo o projeto, com o intuito de executar uma última tentativa de efetivação do apoio alemão.

O presente documento trata do resumo do Projeto denominado Proteção da Floresta Atlântica produzido em março de 1995, que prevê ações em toda a área de ocorrência da chamada Floresta Ombrófila Densa e áreas de contato com outras florestas, abrangendo 14 municípios paranaenses.

O montante de recursos envolvidos é de US\$ 19,6 milhões, sendo US\$ 11,9 milhões a título de doação do Governo alemão e US\$ 7,7 milhões como contrapartida do Estado do Paraná a serem aplicados em um prazo total de cinco anos, tendo como órgão responsável a Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Diante destas considerações, o Projeto Proteção da Floresta Atlântica tem como objetivo geral criar condições institucionais necessárias aos processos de conservação, preservação e recuperação dos remanescentes da Floresta Atlântica (Floresta Ombrófila Densa e ecossistemas associados), visando a melhoria das condições ambientais e a compatibilização de atividades das populações direta ou indiretamente envolvidas. As áreas de atuação programadas são Mapeamento & Monitoramento, Fiscalização & Controle e Unidades de Conservação.

Constituem objetivos específicos do Projeto, de acordo com as atividades previstas em seu conteúdo:

- realizar o mapeamento e o cadastramento técnico-fundiário da região de

abrangência da Floresta Atlântica, de forma precisa e detalhada, como base para o desenvolvimento de monitoramento ambiental e como apoio à realização de outras ações inerentes à proteção ambiental;

- realizar a fiscalização e controle das atividades antrópicas que impliquem em risco ambiental, através de ações sistemáticas e ostensivas de verificação e policiamento, cujas abordagens deverão ter não somente caráter repressor, como também conscientizador e informativo à população;

- estruturar adequadamente quatro unidades de conservação previamente definidas: Parque Estadual (PE) das Lauráceas, Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba, Área de Especial Interesse Turístico (AEIT) do Marumbi e Estação Ecológica (EE) de Guaraguaçu, de maneira a torná-las perfeitamente alinhadas com os preceitos definidos nacional e internacionalmente para cada uma das categorias de manejo a que pertencem, e aptas ao atendimento das funções a ela estabelecidas.

Os grupos-alvo do projeto foram determinados considerando a importância ambiental da região, derivada da sua alta biodiversidade e também os elementos de pressão sobre a Floresta Atlântica relacionados às atividades da população local, do desenvolvimento da sociedade como um todo e de suas demandas por recursos.

O primeiro grupo importante é o corpo técnico-operacional das instituições envolvidas com o desenvolvimento das atividades previstas, como elemento catalisador do processo de proteção da Floresta Atlântica e que tem no desempenho de suas funções, a responsabilidade de garantir a manutenção da qualidade ambiental da região em questão.

A comunidade local deve ser diretamente afetada pela realização do Projeto, quer pela ocorrência de maior controle das ações por ela desenvolvidas, quer pela conveniência de realizar um trabalho de informação e conscientização quanto à importância da região, ou ainda pela necessidade de melhoria da qualidade de vida através da criação de alternativas de obtenção de renda com atividades compatíveis à proteção ambiental. O ponto-chave da conscientização comunitária deve ser o fato de que a manutenção da qualidade ambiental da região de abrangência do Projeto, constitui-se no melhor meio de obtenção de recursos.

O terceiro grupo importante é a sociedade como um todo, seja a nível regional, estadual, nacional ou internacional, não só pelas possibilidades de usufruto dos benefícios gerados pela Floresta Atlântica, como também pela co-responsabilidade na manutenção deste patrimônio em perfeitas condições, de modo a garantir sua per-

petuação para uso das gerações futuras.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 060/96

Curitiba, 13.06.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 765.300,00 (setecentos e sessenta e cinco mil e trezentos reais), ao vigente orçamento da Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador, aprovado pela Lei Estadual n° 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando atender as despesas necessárias à reforma e modernização dos elevadores do Palácio Iguaçu, os quais pelos seus 40 anos aproximados de funcionamento, apresentam componentes com elevado grau de desgaste.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 765.300,00 (setecentos e sessenta e cinco mil e trezentos reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexos II e III desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos anteriores desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme os Anexos IV, V, VI desta lei.

Art. 4° - Em decorrência do contido nos artigos anteriores desta lei, fica alterado o Anexo de Obras, conforme o Anexo VII desta lei.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA ANEXO		ANEXO		FL. 01 RS 1,00	

1 CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01		I	
1 DA DESPESA		ANEXO				RS 1.00		I	

I		I		INATUREZA		IL		IN.DOF	
I		I		I DA		FTDI		IPROCI	
I		I		I DESPESA		IRI		ICOP	

1 5900		I SECRETARIA DE ESTADO DOS		I		I		I	
I		I TRANSPORTES		I		I		I	
I		I		I		I		I	
I 5902		I GABINETE DO SECRETARIO		I		I		I	
I		I IDENTIDADES VINCULADAS		I		I		I	
1 2370		I PROGRAMACAO A CARGO DO DER		I 4511.011251		I		I 765.300	

				T O T A L		I		I 765.300	

CANCELAMENTO DA DESPESA ANEXO		ANEXO		III		FL. 02 RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILI FTDI IRI	VALOR	IN DOF IPROCI ICOP		
6000	IGABINETE DA CHEFIA DE GABINETE DO GOVERNADOR	1	1 1 1		1		
	ITRANSPORTES - IDENTIDADES	1	1 1 1		1		
	IVINCULADAS	1	1 1 1		1		
6005	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	1	1 1 1		1		
2321	IAPOIO RODOVIARIO AOS MUNICIPIOS	1	4110.001231	765.300	110001		
TOTAL				765.300	1		
Diretoria Legislativa.							

A Diretoria Legislativa.

ANEXO V I I		FL. 05		1
RECEITA CEN. ANEXO		RS 1,00		1
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROC
0000	SECRETARIA DE ESTADO DO TRANSPORTES	1		
	IDENTIDADE VINCULADA	1		
0001	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	1		
	IDER	1		
0004	CONSTRUIR PONTE EM CRUZ MACHADO	1	64.109110001	
0040	CONSTRUIR PONTE EM CANDIDO DE ABREU	1	66.720110001	
0040	CONSTRUIR PONTE EM ADRIANOPOLIS	1	18.171110001	
TOTAL		1	765.3001	
				0

ALPHATEMO		ANEXO V		FL. 03	
RECEITA CEN. ANEXO				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROC	
1111.02.00	TEMPO DE OPERACOES RELATIVAS A	1 00 1	765.300110001		
	ICIR MERCADO DE PRESTACAO DE SERV. DE	1 1		1	
	TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE	1 2		2	
	COMUNICACAO	1 1		1	
TOTAL		1	765.3001		

ANEXO V		FL. 03		
RECEITA CEN. ANEXO		RS 1,00		
CODIGO	ESPECIFICACAO	1 FT 1	VALOR	IPROC
12211.09.00	VENDA DE OUTRAS ACOES	1 25 1	765.300110001	
TOTAL		1	765.3001	

RECEITAS		ANEXO V I		FL. 04	
RECEITAS CEN. ANEXO				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROC	
	SECRETARIA DE ESTADO DO TRANSPORTES	1			
	IDENTIDADES VINCULADAS	1			
		1			
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM -	1			
	IDER	1			
12412.25.09	RECURSOS DE TRANSFERENCIAS DA VENDA DEI 25	1	765.300110001		
	OUTRAS ACOES	1			
TOTAL		1	765.3001		

MENSAGEM N° 061/96

Curitiba, 13.06.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, aprovado pela Lei Estadual n° 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando atender despesas de convênios com o Serviço de Apoio as Micros e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE, Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina - ADETEC e Instituto Superior de Administração de Empresas do Paraná - ISAD.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes.

Certo de poder contar com a atenção

dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e III desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos IV, V e VI desta lei.

Art. 4° - Fica alterado o Anexo de Obras, conforme Anexo VII desta lei.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		I	
I DA DESPESA		ANEXO A LEI NO.		RS 1.00		I	
-----		*-----*		*-----*		*-----*	
I	I	INATUREZA		ILI	IN.D01		I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I	DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI	I
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP	I
-----		*-----*		*-----*		*-----*	
I 5700	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I	I I		I	I
I	IINDUSTRIA. COMERCIO E DO	I	I	I I		I	I
I	IDESENVOLVIMENTO ECONOMICO	I	I	I I		I	I
I	I	I	I	I I		I	I
I 5701	IGABINETE DO SECRETARIO	I	I	I I		I	I
I 2362	IGERENCIAMENTO DA POLITICA DO	I	I	I I		I	I
I	IFOMENTO DA INDUSTRIA E DO	I	I	I I		I	I
I	ICOMERCIO	I	3132.05	I00ILI	500.000	I0860I	I
I 5703	IDIRETORIA GERAL	I	I	I I		I	I
I 2363	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I	I I		I	I
I	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I	I I		I	I
I	ISEID	I	3132.10	I00ILI	100.000	I0860I	I
I 5704	ICOORDENADORIA DO FOMENTO	I	I	I I		I	I
I 2364	IMODERNIZACAO E EXPANSAO	I	I	I I		I	I
I	IINDUSTRIAL E COMERCIAL	I	3132.10	I00ILI	150.000	I0860I	I
I	I	I	4130.99	I00ILI	300.000	I0860I	I
I 5705	ICOORDENADORIA DE ASSUNTOS	I	I	I I		I	I
I	IINTERNACIONAIS	I	I	I I		I	I
I 2366	IGERENCIAMENTO DO COMERCIO E DAS	I	I	I I		I	I
I	IRELACOES INTERNACIONAIS	I	3132.10	I00ILI	50.000	I0860I	I
I	I	I	4130.99	I00ILI	200.000	I0860I	I
I 5706	ICOORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO	I	I	I I		I	I
I	IECONOMICO	I	I	I I		I	I
I 2365	IACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES	I	I	I I		I	I
I	IPRODUTIVAS E PROGRAMAS	I	I	I I		I	I
I	IESTRATEGICOS	I	3132.10	I00ILI	150.000	I0860I	I
I	I	I	4130.99	I00ILI	250.000	I0860I	I
-----		*-----*		*-----*		*-----*	
A Diretoria Legislativa.		T O T A L		I	1.700.000	I	

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 02		I	
I DA DESPESA		ANEXO A LEI NO.		RS 1.00		I	
I	I	I	I	I	I	I	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	DA	FT	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI	I	I	IPROCI
I	I	I	I	I	I	I	ICOP I
5900	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I	I	I	I	I
I	ITRANSPORTES	I	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I	I
5902	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I	I	I	I	I
I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I	I	I
2370	IPROGRAMACAO A CARGO DO DER	I	4311.01	I25	IL	1.700.000	I0860I
T O T A L				I	I	1.700.000	I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I I		FL. 02		I	
I DA DESPESA		ANEXO A LEI NO.		RS 1.00		I	
I	I	I	I	I	I	I	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	DA	FT	VALOR	IN.DOI
I	I	IDESPESA	I	IRI	I	I	IPROCI
I	I	I	I	I	I	I	ICOP I
6000	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I	I	I	I	I
I	ITRANSPORTES - ENTIDADES	I	I	I	I	I	I
I	IVINCULADAS	I	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I	I
6085	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE	I	I	I	I	I	I
I	IRODAGEM - DER	I	I	I	I	I	I
2381	IAPOIO RODOVIARIO AOS MUNICIPIOS	I	4110.00	I25	IL	1.700.000	I0860I
T O T A L				I	I	1.700.000	I

I ACRESCIMO		A N E X O I V		FL. 03		I	
I RECEITA CENT ANEXO A LEI NO.				RS 1.00		I	
I	I	I	I	I	I	I	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROCI	I
I	I	I	I	I	I	I	I
11110.02.00	IMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A	I	00	I	1.700.000	I0860I	I
I	ICIRC.MERC.E S/PRESTACAO DE SERV.DE	I	I	I	I	I	I
I	ITRANSP.INTEREST.E INTERMUN. E DE	I	I	I	I	I	I
I	ICOMUNICACAO	I	I	I	I	I	I
T O T A L				I	I	1.700.000	I

I REDUCAO		A N E X O V		FL. 03		I	
I RECEITA CENT ANEXO A LEI NO.				RS 1.00		I	
I	I	I	I	I	I	I	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	IPROCI	I
I	I	I	I	I	I	I	I
I2211.09.00	IIVENDA DE OUTRAS ACOES	I	25	I	1.700.000	I0860I	I
T O T A L				I	I	1.700.000	I

REDUÇAO		ANEXO VI		FL. 04	
DA RECEITA		ANEXO A LEI NO.		RS 1.00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROCI	
1	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I		I	I
1	IDENTIDADES VINCULADAS	I		I	I
1	1	I		I	I
1	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	I		I	I
1	IDER	I		I	I
12412.25.09	IRECURSOS DE TRANSFERENCIAS DA VENDA DE	25 I	1.700.000	I0860	I
1	I OUTRAS ACOES	I		I	I
TOTAL		I	1.700.000	I	

ANCELAMENTO		ANEXO VII		FL. 05	
DAS OBRAS		ANEXO A LEI NO.		RS 1.00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROCI	
1	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I		I	I
1	IDENTIDADES VINCULADAS	I		I	I
1	6085 IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	I		I	I
1	IDER	I		I	I
1	2381 IAPOIO RODOVIARIO AOS MUNICIPIOS	I		I	I
1	0038 IRECUPERAR O ACOSTAMENTO DE ACESSO	I T	178.185	I0860	I
1	IPRINCIPAL DE IVAIPORA(PRT - 466)	I		I	I
1	0039 ICONSTRUIR PONTE SOBRE O RIO IVAI NO	I T	662.720	I0860	I
1	ITRECHO TEREZA CRISTINA- CANDIDO	I		I	I
1	IDE ABREU	I		I	I
1	0040 IPAVIMENTAR O TRECHO	I T	170.040	I0860	I
1	IIVAIPORA-PR-082-JARDIM ALEGRE	I		I	I
1	0041 IREALIZAR CALC.C/PEDRAS IRREG.-TRECHOS	I T	48.832	I0860	I
1	ISTA.ANA/C.PEDRO, 2 BARRAS/A.FARADAY,	I		I	I
1	ISEDE/A.GAUCHO/S.ANTONIO EM CAPANEMA	I		I	I
1	0042 ICONSTRUIR PONTE DE CONCRETO S/ RIO	I T	14.824	I0860	I
1	ISANTA LUCIA NA LINHASANTA CATARINA EM	I		I	I
1	ISANTA LUCIA	I		I	I
1	0043 ICONSTRUIR PONTE DE CONCRETO S/ RIO	I T	12.208	I0860	I
1	ISANTA LUCIA NA LINHASAO VALERIO EM	I		I	I
1	ISANTA LUCIA	I		I	I
1	0044 IDUPLICAR A PONTE SOBRE O RIO	I T	34.880	I0860	I
1	IMARMELEIRO EM MARMELEIRO	I		I	I
1	0047 ICONSTRUIR PONTE EM CRUZ MACHADO	I T	578.311	I0860	I
TOTAL		I T	1.700.000	I	
		I O		OI	

A Diretoria Legislativa.

Curitiba, 13.06.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando atender, a contratação de serviços para implantar e desenvolver, uma solução integrada da administração de materiais.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado da Administração.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Governador do Estado, em exercício

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL. 01	
DA DESPESA				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	ILDA	VALOR	PRO
1	1	1	1	1	1
2100	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1		
2103	GABINETE DO SECRETARIO -	1	1		
2103	IDENTIDADE VINCULADA	1	1		
2040	PROGRAMA DE CARGO DO DEAM	3211.0010011		500.000	1100
		TOTAL	1	500.000	

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL. 01	
DA DESPESA				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	ILDA	VALOR	PRO
1	1	1	1	1	1
2100	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	1	1		
2103	DIRETORIA GERAL	1	1		
2040	ADMINISTRAÇÃO DE COMPLEXO DO	1	1		
2040	CENTRO DE	3100.1010011		500.000	1100
		TOTAL	1	500.000	

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO III		FL. 02	
DESPESA				R\$ 1.00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR	IPROG
1	1	1	1		
2200	SECRETARIA DE ESTADO DA	1	1		
	ENTIDADES VINCULADAS	1	1		
1	1	1	1		
2212	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE	1	1		
	ADMINISTRACAO DE MATERIAL - DEAM	1	1		
2000	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO	1	1		
1	ESTADUAL DE ADMINISTRACAO DE	1	1		
1	MATERIAL - DEAM	1	1	500.000	1104
TOTAL				500.000	1

ACRESCIMO		ANEXO IV		FL. 03	
RECEITA				R\$ 1.00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROG	
1	1	1			
1	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO	1			
1	ENTIDADES VINCULADAS	1			
1	1	1			
1	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ADMINISTRACAO	1			
1	DE MATERIAL - DEAM	1			
11712.49.00	RECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	00	500.000	1104	
TOTAL				500.000	1

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 063/96

Curitiba, 13 de junho de 1996.
Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual n° 11.305, de 26 de dezembro de 1995, cumpre-me dar ciência a essa Egrégia Assembléia Legislativa que foi expedido o Decreto n° 1.727, de 16 de abril de 1996.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária à execução do convênio com o Ministério do Trabalho/Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Governador do Estado, em exercício

DECRETO N° 1727

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 10, inciso III da Lei Estadual n° 11.305 de 28 de dezembro de 1995

DECRETA:

Art. 1° - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 155.050,00 (cento e cinquenta e cinco mil e cinquenta reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II deste Decreto.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV deste Decreto.

Art. 4° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 16 de abril de 1996.

175° da Independência e 108° da República.
(aa) JAIME LERNER
Governador do Estado

CASSIO TANIGUCHI
Secretário de Estado do Planejamento
e Coordenação Geral

SUPLEMENTACAO A DESPESA ANEXO AO DECRETO NO. 1727 FL. 01
R\$ 1.00

CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI	I
		IDESPESA	IRI				IPROCI	ICOP
4700	SECRETARIA DE ESTADO DO EMPREGO EIRELACOES DO TRABALHO	I	I	I	I		I	I
4703	DIRETORIA GERAL	I	I	I	I		I	I
2298	DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	I	4121.00	I	0711	27.650	I	0464
		I	4261.00	I	0711	127.400	I	0464
TOTAL						155.050	I	

CANCELAMENTO DA DESPESA ANEXO AO DECRETO NO. 1727 FL. 01
RS 1.00

CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI	I
		IDESPESA	IRI				IPROCI	ICOP
4700	SECRETARIA DE ESTADO DO EMPREGO EIRELACOES DO TRABALHO	I	I	I	I		I	I
4703	DIRETORIA GERAL	I	I	I	I		I	I
2298	DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	I	3132.10	I	0711	155.050	I	0464
TOTAL						155.050	I	

ACRESCIMO RECEITA CENT ANEXO AO DECRETO NO. 1727 FL. 02
R\$ 1.00

CODIGO	ESPECIFICACAO	IFT	VALOR	IPROCI
2462.01.00	CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I 07 I	155.050	I 0464 I
TOTAL		I	155.050	I

REDUCAO RECEITA CENT ANEXO AO DECRETO NO. 1727 FL. 02
RS 1.00

CODIGO	ESPECIFICACAO	IFT	VALOR	IPROCI
2762.01.00	CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	I 07 I	155.050	I 0464 I
TOTAL		I	155.050	I

MENSAGEM N° 064/96

D E C R E T A :

Curitiba, 13 de junho de 1996.

Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual n° 11.305, de 28 de dezembro de 1995, cumpre-me dar ciência a essa Egrégia Assembléia Legislativa que foi expedido o Decreto n° 1.728, de 16 de abril de 1996.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária à execução do convênio com o Ministério do Trabalho/Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Governador do Estado, em exercício

DECRETO N° 1728

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 10, inciso III da Lei Estadual n° 11.305 de 28 de dezembro de 1995

Art. 1° - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 6.414.413,00 (seis milhões, quatrocentos e quatorze mil, quatrocentos e treze reais), de acordo com o anexo I deste Decreto.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II deste Decreto.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV deste Decreto.

Art. 4° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 16 de abril de 1996.

175° da Independência e 108° da República.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

CASSIO TANIGUCHI

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01		I	
DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO.		1728		RS 1,00		I	
-----*									
-----*-----*-----*-----*									
I		INATUREZA		I I		IN.DOI		I	
CODIGO		I DA		IFTIDI		VALOR		IPROCI	
I		IDESPESA		I IRI		ICOP		I	
-----*									
4700		I SECRETARIA DE ESTADO DO EMPREGO		E I		I I I		I I	
		I RELACOES DO TRABALHO		I		I I I		I I	
		I		I		I I I		I I	
4703		I DIRETORIA GERAL		I		I I I		I I	
2298		I DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO		I 3131.02		I 07 I I		13.819 I 0462	
		I		I 3132.05		I 07 I I		21.800 I 0462	
		I		I 3132.10		I 07 I I		4.416.794 I 0462	
2299		I RELACOES E PESQUISAS NA AREA DO		I		I I I		I I	
		I TRABALHO		I 3121.00		I 07 I I		505.095 I 0462	
		I		I 3131.02		I 07 I I		59.405 I 0462	
		I		I 3132.15		I 07 I I		529.740 I 0462	
		I		I 4121.00		I 07 I I		186.281 I 0462	
		I		I 4130.99		I 07 I I		681.479 I 0462	
-----*									
-----*-----*-----*-----*									
T O T A L						6.414.413 I			
-----*									

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I FL. 01
DA DESPESA ANEXO AO DECRETO NO. 1728 RS 1.00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR	IN. DOI
4700	SECRETARIA DE ESTADO DO EMPREGO	111		1
	RELACOES DO TRABALHO	111		1
4703	DIRETORIA GERAL	111		1
2300	FORMACAO PROFISSIONAL	3132.1510711	6.414.413	104621
TOTAL			6.414.413	1

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR	IPROCI
1762.01.00	CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	867.760	104621
TOTAL		867.760	1

CODIGO	ESPECIFICACAO	VALOR	IPROCI
2462.01.00	CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	867.760	104621
TOTAL		867.760	1

MENSAGEM N° 065/96

Curitiba, 13 de junho de 1996.
Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual n° 11.305, de 28 de dezembro de 1995, cumpre-me dar ciência a essa Egrégia Assembléia Legislativa que foi expedido o Decreto n° 1.796, de 20 de maio de 1996.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária à execução de obras da Universidade do Professor em Faxinal do Céu, através do convênio entre as Secretarias de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e a Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto

apreço e consideração.

(a) ANIBAL KHURY
Governador do Estado, em exercício

DECRETO N° 1796

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 10, inciso III da Lei Estadual n° 11.305 de 28 de dezembro de 1995

DECRETA:

Art. 1° - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 394.500,00 (trezentos e noventa quatro mil e quinhentos reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2° - Servirá como recurso para

cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este decreto atenderá convênio firmado entre a COPEL e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente para a realização de obras da Universidade do Professor em Faxinal do Céu.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 20 de maio de 1996.
175º da Independência e 108º da República.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

CASSIO TANIGUCHI

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO. 1796		RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP I
5500	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I I I		I I
I	I AMBIENTE	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
5503	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I I
2348	IADMINISTRACAO E EXECUCAO DE	I	I I I		I I
I	IPOLITICAS DE MEIO AMBIENTE,	I	I I I		I I
I	ICARTOGRAFICA E AGRARIA FUNDIARIA	I 4130.99100	ILI	394.500	10785I
T O T A L				I 394.500	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO. 1796		RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP I
5500	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I I I		I I
I	I AMBIENTE	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
5503	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I I
1148	IPROGRAMA SANEAMENTO	I	I I I		I I
I	I AMBIENTAL/OECF - SEMA	I 4130.99100	ILI	394.500	10785I
T O T A L				I 394.500	I

A Diretoria Legislativa.

OFÍCIOS:

OFÍCIOS

Sob os nºs CITL/SEEG/140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152 e 153/96, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

475/95: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, dá nova redação ao art. 2º, da Lei nº 9.141, de 07 de dezembro de

1989, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.425. Anote-se - Arquive-se.

143/96: De autoria do Deputado Nelson Justus que, declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Contenda, com sede e foro no Município de Contenda, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.427. Anote-se - Arquive-se.

149/96: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a constituir a Paraná Investimentos S.A. e adota outras

providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.428. **Anote-se - Arquite-se.**

282/95: Do Poder Executivo que, altera a Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.429. **Anote-se - Arquite-se.**

195/96: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública o Instituto Cultural e Científico Brasil - Japão, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.430. **Anote-se - Arquite-se.**

211/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.431. **Anote-se - Arquite-se.**

239/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.432. **Anote-se - Arquite-se.**

089/96: De autoria do Deputado Ricardo Chab que, declara de Utilidade Pública a Associação Desafio Jovem Vidas para Cristo, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.433. **Anote-se - Arquite-se.**

148/96: De autoria do Deputado Nelson Garcia que, declara de Utilidade Pública o Instituto de Profissionalização da Criança e do Adolescente Dom Bosco no Município de Xambrê, com sede e foro no referido Município, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.434. **Anote-se - Arquite-se.**

094/96: De autoria do Deputado Cesar Seleme que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE da Cidade de Verê, com sede na Cidade de Verê e foro na Comarca de Pato Branco, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.435. **Anote-se - Arquite-se.**

117/96: De autoria do Deputado Emerson Nerone que, declara de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Apoio à Pastoral da Criança - AMAPAC - com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.436. **Anote-se - Arquite-se.**

153/96: De autoria do Deputado Geraldo Cartário que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Sul do Capão

Raso, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.437. **Anote-se - Arquite-se.**

083/96: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública o Instituto Cristão, com sede e foro no Município de Castro, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.438. **Anote-se - Arquite-se.**

070/96: De autoria do Deputado Walmor Trentini que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Manoel Romão Netto, com sede e foro em Porto Rico, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.439. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o n° 008/96, do Senhor Hitoshi Nakamura - Secretário de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre "Derrubada de Mata Natural na Fazenda Casacata, no Município de Bela Vista do Paraíso". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n° 313/96, do Senhor Norton José Siqueira Silva - Secretário de Estado da Fazenda substituto, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Neivo Beraldin, que pede esclarecimentos sobre "Despesas Mensais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público". Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.

OF. N° 115/96 - GAB

Curitiba, 18.06.96.

Senhor Presidente.

Através do presente, venho solicitar de Vossa Excelência, autorização para a aquisição de 2 (duas) passagens aéreas, trecho Curitiba - Brasília - Curitiba, bem como hospedagem, para os Deputados Augustinho Zucchi e Orlando Pessuti, que irão participar de audiência com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, amanhã dia 19 de junho às 09:15 horas, conforme ficou estabelecido no 1° Encontro dos Presidentes das Comissões de Agricultura da Região Sul, realizado no último dia 11 de junho na Cidade de Florianópolis.

Valho-me do ensejo, para renovar a Vossa Excelência, meus protestos de consideração e respeito.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 400

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 271/95 relativo à declaração de Utilidade Pública do COPATI - Consórcio Inter-municipal para Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi.

Sala das Sessões, em 09.06.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 409

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência do Projeto de Lei n° 130/96, do Deputado Sâmis da Silva que reduz o índice do ICMS de empresas que promovam a divulgação, em produtos ou serviços, de fotografias de crianças desaparecidas.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) SÂMIS DA SILVA

REQUERIMENTO N° 420

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 185/96, de minha autoria que dispõe sobre as multas de mora, nas áreas de atividade de prestação de serviços públicos.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 404

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por dez sessões do Item 03, 2ª Discussão do Projeto de Lei n° 536/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante da Ordem do Dia da presente sessão (19/06).

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por dez sessões do Item 02, 2ª Discussão do Projeto de Lei n° 513/95, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, constante da Ordem do Dia da presente sessão (19/06).

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora Nadir Oliveira dos Santos, funcionária inativa deste Poder.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 78 anos de idade, faleceu, dia 30/05/96, a senhora Nadir Oliveira dos Santos servidora inativa do Poder Legislativo que deixou dois filhos.

O passamento de Dona Nadir veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos e colegas da Assembléia Legislativa, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Sua serva Nadir.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre Nadir Oliveira dos Santos e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Oliveira dos Santos endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 422

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Elvira Pataro, ocorrido no dia 16 próximo passado, no Município de Presidente Bernardes - SP.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu filho, Senhor Antenor Pata-ro, e família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Bernardino de Cam-pos, 741, Vila Santo Antonio, CEP: 87030-160, apto. 301, no Município de Ma-ringá - PR.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) IFONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, en-vio de votos de congratulações aos cida-dãos de Rolândia, na pessoa do Senhor Pre-feito Leonardo Casado, e da Câmara Municí-pal, pelos 62 anos de emancipação do muni-cípio, a ser comemorado no dia 29 de junho de 1996.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Nas comemorações alusivas aos 62 anos de emancipação política do Município de Rolândia, os paranaenses que nasceram na-quele rincão comemoram com alegria as fes-tividades que se realizam por todo o mês. O Município de Rolândia alcança sua matu-ridade, cumprindo com brilhantismo a tare-fa de oferecer a seu cidadão as condições básicas para uma vida com dignidade.

Aos 62 anos Rolândia segue madura rumo ao desenvolvimento. Seus moradores, dos mais antigos aos que chegaram recentemente ao município desfrutam as comodidades que o progresso vem trazendo, aliadas ao dia-a-dia pacato de uma cidade tranqüila e de grande desenvolvimento. Nestes 62 anos Ro-lândia, cresceu muito, mas os valores mo-rais de seus cidadãos permanecem os mes-mos. Por isso a Assembléia Legislativa deste Estado, presta esta homenagem e pa-rabeniza toda a comunidade.

REQUERIMENTO N° 398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de congratulações ao Exce-lentíssimo Senhor Octávio Jorge de Cesar Valeixo, por assumir o cargo de Desembar-gador do Estado do Paraná, conforme dis-posto no artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Jornalista Carlos Queiroz Maranhão, alusivos à reali-zação do evento Troféu Imprensa do Paraná, a ser realizado no dia 28 do corrente, pe-lo 15° ano consecutivo.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de corres-pondência a ser encaminhada à Rua Augusto Stelffeld, 228, cj. 06 CEP: 80410-140, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 411

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições re-gimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos Trabalhos da presen-te sessão, de votos de congratulações ao jornalista Ney Inácio, extensivo ao Repór-ter Cinematográfico e Departamento de Jor-nalismo da CNT pela importante matéria re-gistrada com moradores do Município de Pi-tanga que sofrem de Mal de Hansen.

É desnecessário salientar a importân-cia da matéria acima especificada para o alerta, não só de toda a população, mas principalmente das autoridades competen-tes, quanto a gravidade do problema e a premente necessidade de um atendimento es-pecífico e carinhoso, por parte da área médica/social, na busca para solucioná-lo.

Contando com o apoio dos nobres Pares, solicita que o expediente seja encaminhado para o Departamento de Jornalismo da CNT - Rua Francisco Caron, 29 - Pilarzinho - Cu-ritiba/PR - CEP 82120-200.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 421

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regi-mentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, REQUER votos de congratulações pelos 50 anos de fundação do SESI - Servi-ço Social da Industrial, entidade criada para oferecer benefícios aos trabalhado-res.

Requer ainda que seja dada ciência através de correspondência a ser enviada aos senhores Caio Amaral Gruber - Superin-tendente; José Carlos Gomes de Carvalho - Diretor Regional/Presidente do Sistema FIEP, na Rua Cândido de Abreu, 200, CEP 80530-902 - Curitiba-PR - Caixa Posta 1144 e à senhora Dina Maria Osternack Elanski - Diretora do Centro de Atividades de Ara-pongas - PR, endereço: Rua Maracanã, 3260, CEP 86701-000 - Arapongas-PR.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 403

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de votos de louvor ao senhor Ottoni Romano Fontana Filho, Conselheiro da Sadia Concórdia Indústria e Comércio Ltda., agradecendo pelo patrocínio proporcionado a jovem atleta Diva Caetano Paganini, conhecida como a "menina de ouro da nataação araponguense", que representará o Paraná e o Brasil no 6° Campeonato Mundial de Masters, que ocorrerá nos próximos dias 22 a 29 de junho em Sheffield, Inglaterra.

Requer ainda que a presente correspondência seja encaminhada para Rua Alameda Tocantins, 525 - 3° andar - Alphaville Barueri - CEP 06455-921 - São Paulo - SP.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 414

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos Trabalhos da presente sessão, de voto de desagravo a reportagem vinculada, na qual afirma que a comunidade ucraniana, quando da sua imigração para o Estado do Paraná, trouxe a este Estado a Hanseníase, o que com certeza não possui algum embasamento científico, afirmativa esta sem qualquer fundamento.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO N° 397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de louvor ao Comando do Corpo de Bombeiros da Capital, pela comemoração dos seis anos de existência do SIATE em Curitiba, prestando grandes serviços a comunidade, com muita eficiência, conforme disposto no art. 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) FENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 416

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o inserção na Ata dos Trabalhos da presente sessão, votos de louvor ao senhor Presidente Roberto Von Der Osten, do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Fe-

deração dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná, respectivamente, pela promoção conjunta no dia 02.06.96, de um ato público na Rua XV de Novembro, para coleta de assinaturas, em abaixo-assinado, contra a cobrança de multa de 10% no atraso das tarifas públicas e também pelo empenho demonstrado à necessidade de aprovação do Projeto de Lei n° 185/96, de minha autoria, em tramitação nesta Casa de Leis.

A importância da iniciativa do ato público promovido pelas duas entidades supra citadas, é vital para a adequação da legislação vigente à nova e atual conjuntura econômica que mudou o perfil inflacionário de nosso País, pois a conscientização da população e a luta desta pelos seus direitos é o exercício básico da cidadania.

Contando com o apoio dos nobres Pares, solicita que o expediente seja encaminhado para os seguintes endereços:

- Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná - Rua Carlos de Carvalho, 230 - Centro - CEP 80410-180;
- Sindicato dos Bancários - Rua Vicente Machado, 18 - 8° andar - Centro - CEP 80420-010.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a imediata pintura das faixas de segurança na PR-471, através do Departamento de Estradas de Rodagem, no trecho que liga os Municípios de Três Barras do Paraná e Catanduvas.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O trecho em questão recebeu recentemente recapeamento de lama asfáltica, aliás, necessário, dado o mal estado de conservação da rodovia. No entanto, até o presente momento, o Departamento de Estrada de Rodagem não providenciou a pintura das faixas de segurança, trazendo graves problemas aos motoristas que por lá transitam. Principalmente nesta época do ano, em que as chuvas e neblina espessa ocorrem com mais frequência, os riscos de acidentes graves se avolumam e trazem intranquilidade e insegurança aos usuários da rodovia naquele trecho.

Antes que se verifique a ocorrência de óbitos, por negligência do Governo do Estado, requer-se as providências imediatas no sentido de ser sanada essa irregularidade.

REQUERIMENTO N° 395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ingo Henrique Hubert, Mui Digno Diretor Presidente da COPEL, solicitando a destinação de um Plantonista para atendimentos emergenciais no Distrito de Serra dos Dourados, em Umuarama.

Do anovado requer ainda, seja comunicado aos Vereadores Genesio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal; Vilson Oliveira Ferraz; Inacio Pereira Pinto (Câmara Municipal de Umuarama, Av. Maringá 4863 - CEP 87502-080).

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta fundamenta-se em reivindicação recebida do Legislativo Municipal de Umuarama, quando ressalta a necessidade de um plantonista da COPEL para o Distrito de Serra dos Dourados, para atendimento das frequentes situações de emergência com energia elétrica que ocorrem naquela localidade.

Desta forma, visando melhorar a segurança daquela população, sugerimos a indicação do Sr. Ademir Cícero de Lima, uma vez que o mesmo já desempenhou um trabalho eficiente nesta função.

REQUERIMENTO N° 401

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento da menor Daniele Ceolin Baggio, do Município de Sulina-PP.

Requer ainda, que do teor do presente, dê-se ciência a família, em nome do Sr. Joy Baggio.

Sala das Sessões, em 19.06.96

(a) NEREU MOUPA

JUSTIFICATIVA:

A extinta menor pertencia a tradicional família de Sulina. Seu passamento irreparável, veio abrir lacuna no seio da família.

O tempo jamais poderá apagar de nosso coração, a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Paraná, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar que se abateram sobre a família Ceolin Baggio, endereçando a ela, votos de sentidas condolências, rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO N° 412

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, como Presidente da Comissão de Segurança Pública, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira - D.D. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando policiamento ostensivo nos Bairros Água Verde e Vila Isabel - em especial na região situada nas proximidades da confluência da Avenida República Argentina com as ruas compreendidas entre a Petit Carneiro e a Mato Grosso (lado esquerdo - sentido Centro/Bairro) e a Petit Carneiro e a Prof. Ulisses Vieira (lado direito - sentido Centro/Bairro) - com a colocação de módulos policiais, tendo em vista a crescente onda de violência que assolou a região e que culminou com o assassinato do adolescente Frederico Caetano da Silva, na confluência das Ruas República Argentina com Santa Catarina, por ladrões ao lhe roubarem os tênis. Apesar da Secretaria de Segurança Pública já haver colocado policiais "Cosme/Damião" os assaltantes na região não diminuíram e há, aproximadamente, 15 dias atrás uma moça retornando da Faculdade, no mesmo local do assassinato, foi assaltada e deixada apenas de calcinha e sutiã.

Face ao exposto, visando contribuir com a Segurança Pública, REQUER ainda seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Pafael Greca de Macedo - D.D. Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando a troca da iluminação pública das ruas transversais à Av. República Argentina por mais eficiente, na região compreendida - no lado esquerdo da Av. República Argentina sentido Bairro/Centro - Rua Petit Carneiro, Av. Água Verde, Travessa Rafael Greca, Rua Murilo do Amaral Ferreira, Travessa Ferreira do Amaral, Rua Palmeiras, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Dom Pedro e Santa Catarina - no lado direito à Av. República Argentina sentido Bairro/Centro: Rua Petit Carneiro, Água Verde, Eurides Cunha; Cel. Otoni Maciel, Prof. Alvaro Jorge, Dario Velozo, Sebastião Paraná, Prof. Ulisses Vieira e Rua Brasília Ovídio da Costa.

Dada a importância e gravidade da narração acima, espera este Parlamentar contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do solicitado.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 417

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário de

Estado da Administração solicitando as informações abaixo sobre o imóvel pertencente ao Estado do Paraná, localizado à Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 1157, esquina com a rua João Manoel, antiga sede da União Paranaense dos Estudantes - UPE, nesta Capital:

1 - o contrato de comodato existente entre o Estado do Paraná e a União Paranaense de Estudantes - UPE ainda está em vigor?

2 - se o contrato estiver vencido está havendo alguma negociação para revalidá-lo?

3 - há algum projeto de aproveitamento e/ou restauração do referido imóvel?

4 - está havendo algum tipo de negociação envolvendo o referido imóvel?

5 - há algum processo de tombamento do referido imóvel pelo Patrimônio Histórico?

6 - anexar cópia da documentação existente sobre os quesitos acima.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) PÉPICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O imóvel em questão, de propriedade do Estado do Paraná, cadastrado na Prefeitura Municipal de Curitiba como Unidade de Interesse de Preservação, encontra-se abandonado, sem qualquer utilização, sendo objeto de atos de vandalismo, colocando em risco um patrimônio público.

REQÜERIMENTO N° 419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEP a transcrição nos anais desta Casa de Leis, dos documentos anexos ao presente, para que se averigue o destoaamento dos números da hanseníase existentes no município de Pitanga, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, 19.06.96

(a) FENATO ADUR

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 267/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica assegurado aos Ministros de todos os cultos o acesso às entidades civis e militares de internação coletiva, da rede hospitalar pública estadual e particular, para prestarem assistência religiosa aos enfermos, em qualquer período, durante as 24 horas do dia.

Art. 2° - Os religiosos, mencionados no artigo anterior, deverão identificar-se perante o setor próprio das mencionadas

entidades.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) NEREU MOJRA

PROJETO DE LEI N° 268/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, o Centro de Recuperação Viva com Deus - CREVD, com sede e foro na Cidade de Umuarama.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede a Rua São Nicolau, 3222 - Jardim São Cristóvão, no Município de Umuarama, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de Direito Privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

O CREVD - Centro de Recuperação Viva com Deus, tem por finalidade a recuperação e ressocialização de toxicodependentes e alcoolistas. Em seu estatuto a proposta é colaborar com os governos municipal, estadual e federal no combate ao vício e recuperação do elemento humano, rejeitando qualquer compromisso com atividades subversivas e perturbadoras da ordem, da paz e das autoridades constituídas da Pátria. Em seu primeiro ano de atividades, mantém para recuperação e ressocialização de drogados, 25 jovens em regime de internato, não recebendo ajuda de nenhuma organização, sobrevivendo apenas das contribuições de voluntários e pequenas promoções. Atende famílias de Umuarama e cidades vizinhas.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78 que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apolamento e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI N° 269/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores das

Plantas Jardim Savóia e Viviane, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade em questão é sociedade de natureza civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Curitiba.

A mesma tem por finalidade congregar os moradores das Plantas Jardim Savóia e Viviane e outro que dela participem, estimulando-lhes a união e a solidariedade. Outrossim, promove e desenvolve a ação comunitária através do estudo e identificação dos problemas e necessidades de seus moradores, trabalhando pelo melhoramento urbano nos setores sociais, culturais, esportivos e recreativos.

Assim sendo, consideramos justa a medida aqui proposta e esperamos o devido apoio dos Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 270/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Moradias Augusta, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade em questão é sociedade de natureza civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Curitiba.

A mesma tem por finalidade lutar pelos interesses comunitários, desenvolvendo programas beneficentes, culturais, desportivos e recreativos, dando, igualmente, assistência social àqueles que dela necessitem. Ou seja, a Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Moradias Augusta promove a auto-determinação do ser humano através de sua participação na organização e melhoria da sociedade.

Assim sendo, consideramos justa a medida aqui proposta e esperamos o devido apoio dos Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 271/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A partir da data da presente lei, fica proibido no Estado do Paraná o transporte de material escolar com excesso

de peso em mochilas, pastas e similares feito por alunos da rede escolar pública e particular do 1º grau deste Estado assim definido:

§ 1º - Crianças com idade até sete anos poderão carregar no máximo quinhentas gramas de material escolar em uma única mochila, pasta ou similar;

§ 2º - Crianças com idade entre oito anos e doze anos, poderão carregar no máximo um quilo de material escolar em uma única mochila, pasta ou similar.

Art. 2º - Caberá ao Coordenador de cada área nas unidades escolares estabelecer o uso de material escolar diário necessário.

§ 1º - Todo material excedente deverá ser fornecido pela escola ou ficar guardado nela em armários próprios ou escaninhos individuais dos alunos matriculados.

§ 2º - Não poderá ser feito nenhum tipo de cobrança pela guarda do material escolar dos alunos matriculados.

Art. 3º - Os estabelecimentos de ensino tratados no art. 1º desta lei responderão pelo não cumprimento da mesma.

Parágrafo Único - Os pais ou responsáveis pelo aluno responderão pelo material excedente que não tenha sido exigido pelo estabelecimento escolar.

Art. 4º - No máximo em 90 dias, contados da data da presente lei, a Secretaria de Estado da Educação baixará normas para regulamentar a sua execução, sem prejuízo do disposto no artigo 1º e seus incisos, bem como o tipo de punição a ser aplicada aos pais, professores e diretores de escolas que infringirem esta nova lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A imprensa nacional tem mostrado, constantemente, os graves problemas que crianças e adolescentes tem sofrido com a necessidade de carregarem farto material em suas mochilas. Talvez nem sempre por necessidade ou exigência da escola, mas, quem sabe, até por hábito.

Crianças e adolescentes têm ficado com problemas na coluna e outras conseqüências em sua saúde, em razão do peso de suas mochilas ou pastas onde carregam o material escolar. As vezes até mesmo o material que não será utilizado na aula do dia acaba ficando na mochila.

Somente através de uma lei como esta é que tais problemas serão sanados, dando o Paraná forte e incontestável colaboração,

através de seus Deputados, para que direção, professores e pais disciplinem a quantidade máxima de material que cada aluno poderá transportar, evitando-se os danos, principalmente à coluna, como estão ocorrendo atualmente no Brasil, e em grande escala.

PROJETO DE LEI Nº 272/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Profissionais de Paranavaí - ACIAP, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.96.

(a) WALMOP TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A ACIAP, é uma associação civil, sendo órgão de representação das pessoas físicas e jurídicas a ela filiadas, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede no Município de Paranavaí.

São objetivos da ACIAP a defesa das atividades e forças produtoras dentro de uma ordem econômica fundada na livre iniciativa e na valorização do trabalho, observados os seguintes princípios: propriedade privada, livre concorrência, salário justo, legitimidade do lucro. São também objetivos fortalecer o regime econômico de mercado, pugnar pelo desenvolvimento econômico do Município, do Estado e do País, assistir seus associados e representá-los judicial ou extrajudicialmente quando necessário e expressamente autorizado; intentar toda e qualquer medida que vise a favorecer a comunidade e a livre empresa; promover ações que possibilitem a melhoria de desempenho de seus associados através de seminários, treinamentos, palestras, missões, feiras e outras atividades similares.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública.

Tendo em vista os motivos supracitados, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Passamos ao horário das Lideranças: PFL, PTB, PMDB.

(Declinam).

PT com a palavra.

Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que traz a ocupar o Horário do Partido dos Trabalhadores é a informação que eu acabo de receber que vem de São Pedro do Ivaí mandado pelo Padre Zenildo.

Padre Zenildo foi um dos colaboradores, um dos apoiadores da greve dos cortadores de cana daquela região do Vale do Ivaí e por conta do seu apoio material, do seu apoio moral e também espiritual por ser um pároco, é acusado de estar incentivando invasões de terras, é acusado de estar liderando movimentos grevistas, é acusado de ser um vírus para a sociedade local e eu quero ler aqui um trecho do relatório que ele faz da participação na greve e também a informação de que ele está entrando na justiça com responsabilização criminal para as pessoas que andam colocando ações que ele não fez, colocando palavras em sua boca ou pelo menos difamando, denegrindo a sua imagem de profissional e de homem que ele é.

O relato que o Padre traz nesta carta diz (Lê):

"RELATÓRIO DA MINHA PARTICIPAÇÃO NA GREVE

Quarta-feira, dia 22 de maio de 1966.

Na parte da manhã, fui procurado por um bóia-fria da Cidade de Larnardeli, veio comunicar que os cortadores de cana estavam em greve e pedir a minha ajuda. Os trabalhadores entraram em greve no dia 21 de maio. Estavam acampados em frente à Destilaria Vale do Ivaí S/A. Conversamos um pouco, em seguida fomos até o local. Eram mais ou menos 350 trabalhadores (as) em frente a Destilaria, à margem da rodovia PR-457 que liga São Pedro do Ivaí a Itambé. A primeira reclamação dos trabalhadores era que já fazia quase 24 horas que tinham feito sua última refeição. Coloquei-me à disposição para ajudar naquilo que fosse possível. Entrei em contato com paroquianos coloquei a situação e pedi que providenciassem alguma coisa para o povo comer, uma vez que duas pessoas foram atendidas pois estavam desmaiadas em consequência da fome.

Em seguida liguei para Curitiba. Falei com o secretariado da CPT, Comissão Pastoral da Terra no Paraná e com a FETAEP, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, que imediatamente entraram em contato com os sindicatos da região. Pois, até esse momento, o único sindicato presente era o de São João do Ivaí. Um diretor sindicalista da FETAEP se deslocou de Curitiba para São Pedro do Ivaí.

A partir daí a FETAEP assumiu a condução das negociações.

E começou o desdobramento jurídico que deu entrada à Delegacia Regional do Trabalho em Curitiba, e os agricultores cortadores de cana trancaram a entrada da destilataria como forma de manter a movimentação grevista."

Na quarta-feira dia 29 de maio diz ele (Lê):

"Logo de manhã recebi a informação de que fui duramente atacado por vários Vereadores na Sessão da Câmara do dia 27 de maio. Já vinha sendo alertado por várias pessoas da comunidade para não sair sozinho e nem ficar só, até me convencer de que deveria mudar de quarto para evitar alguns problemas, pois estava correndo perigo. Diante disso, consultei meu amigo advogado Dr. Darci Frigo, e coloquei-o a par da situação. Ele aconselhou-me que entrasse em contato com o Promotor de Justiça, Dr. Custódio Aparecido Pereira de São João do Ivaí. O promotor, sentindo a gravidade do assunto, veio até a minha residência. Conversamos sobre o que estava acontecendo. Ele colocou o Ministério Público a inteira disposição.

Nesse mesmo dia recebi um telefonema de D. Jaime Luiz Coelho, Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Maringá, perguntando o que estava acontecendo em São Pedro do Ivaí. Coloquei-o a par da situação. D. Jaime disse que o prefeito de São Pedro do Ivaí, Sr. Romeu Domingues de Oliveira, ligou para marcar um encontro. O Arcebispo questiona sobre o motivo da conversa, que era sobre a minha pessoa. Segundo D. Jaime o prefeito disse que não agüentava mais a presença desse padre em São Pedro do Ivaí.

A partir daí houve a nossa visita àquela cidade, desse Deputado, pedi proteção policial à polícia militar, ao Delegado de Polícia, também providência à Juíza local da Comarca e também ao Ministério Público, e fui visitar os trabalhadores em greve, na espera de uma decisão que estava tramitando no Tribunal Regional do Trabalho em Curitiba. Os trabalhadores estavam em ordem, sem problema, conversei com os policiais, conversei com o Pároco que estava recebendo a visita e a solidariedade de vários outros padres da região, estavam passando por risco de vida, porque algumas lideranças, falsas lideranças políticas, na verdade, ficavam nesse momento ao lado do usineiro que é de São Paulo, contra os trabalhadores, por sua vez contra aqueles que eram solidários aos trabalhadores, como é o caso do Pe. Zenildo.

A decisão do TRE foi de considerar a greve abusiva. Abusiva porque trancou-se a entrada da fábrica da Usina.

Mas legal, a greve foi legal, contrariamente ao que dizem os jornais da região, notadamente o jornal "Tribuna do

Norte", que erradamente coloca essa informação sem pesquisar a fundo os dados dos autos, porque em Curitiba, o Tribunal Regional do Trabalho julgou dissídio coletivo, ajuizado pela destilataria, concedeu aumento de 15% sobre a tonelada de cana, estabelecendo o piso mínimo de R\$ 151,20 (cento e cinquenta e um Reais e vinte centavos) para a categoria, e a Empresa, Senhores Deputados, Senhor Presidente, foi condenada a pagar os dias parados dos trabalhadores. Os trabalhadores encerraram a greve às 20:00 horas do dia 03 de junho, voltaram a trabalhar, mesmo tendo atendido em parte, pequena parte de suas reivindicações.

Segundo os dados divulgados pela imprensa, nesse ano, no Paraná, os cortadores de cana recebem a pior remuneração do Brasil. O piso mínimo em São Paulo é de R\$ 207,20 (duzentos e sete reais e vinte centavos), e no Mato Grosso os trabalhadores recebem R\$ 1,90 (um real e noventa centavos) por tonelada cortada. A Destilataria de São Pedro do Ivaí após o aumento vai pagar R\$ 1,26 (um real e vinte e seis centavos) por tonelada, Srs. Deputados."

O Pe. Zenildo, que já tirou um período de afastamento da cidade por conta da perseguição, está entrando com uma representação criminal, autuada pela rede autônoma de advogados populares do Paraná, entidade recentemente constituída, contra o Sr. Elmar Furtado da Silva, Vereador, morador na Av. Barbacena n° 19 em São Pedro do Ivaí, acusado de estar panfletando a cidade contra o padre. E, também, dado o relato à imprensa dizendo que o Padre está agora organizando ocupações de terra, o que não é verdade, dizendo que o padre está organizando uma verdadeira revolução na cidade.

Quero dizer, Srs. Deputados, Sr. Presidente, que se existe infelizmente uma cidade do Paraná que precisa, os trabalhadores, da autoridade de um Pároco, de um Líder Religioso, é porque sem sombra de dúvida, na cidade não existe lideranças políticas, porque na cidade não existe lideranças sindicais, porque está faltando o Estado fazer presença, o município, as autoridades municipais fazer presença, para defender os excluídos, porque muito mais fácil ficar do lado da elite engomada, do que se defender esses trabalhadores como vi, desdentados, desnutridos, farrapos humanos aí na porta. Como eles diziam, é melhor parar de trabalhar, passando fome, do que cortando cana e morrendo de fome.

Precisa ter o apoio sim, de todas as lideranças nem que seja uma simples liderança religiosa. E, não existe liderança se não houver liderados, ninguém faz revolução numa cidade se não tiver por trás a massa expressiva da população.

Portanto, Senhores Deputados, é um ultraje, é uma sem-vergonhice o que estão fazendo em cima do cidadão comum, como é o caso do Padre Zenildo de Santa Isabel do Ivaí, um verdadeiro absurdo. É muito mais fácil, evidentemente, ficar do lado dos possuídos, do que dos bóias-frias, na eleição se compra o voto com um quilo de arroz. E esse dinheiro, evidentemente, vem da elite que paga e coloca o dinheiro no bolso desses políticos, que não lideram nada e nem defendem a população, e sim vão precisar na eleição de pegar o dinheiro da elite para defendê-la permanentemente, mas dar um pouquinho de comer na época de eleição para os trabalhadores cortadores de cana.

Senhores Deputados, eu não conhecia São Pedro do Ivaí, não conhecia o Padre Zenildo, não conhecia nem uma das lideranças cortadoras de cana que, voluntariamente, espontaneamente fizeram essa paralisação, mas depois de uma visita que fiz por duas horas, fiquei extremamente chocado com o descaso das autoridades daquela região, com a falta de liderança política, com o despreparo de algumas pessoas de se contrapor politicamente ao caso de uma vereadora, não se contrapõe politicamente, democraticamente, e o Padre Zenildo, oxalá tenha vocação para defender os trabalhadores, mas não tem filiação em partido nenhum que o digam que tem propensões de apoiar movimentos populares. Mas, não tem ligação com setor político algum.

Então, estou defendendo aqui essa figura que agora é uma figura pública. Agora sim, é uma figura pública, porque lidera interesses expressivos de massas despossuídas.

Concedo, com satisfação, a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Colombo, lamenta em dizer que não posso concordar com a maioria das afirmações que faz Vossa Excelência. A primeira delas, de que os bóias-frias de São Pedro do Ivaí e da região vendem os seus votos por ocasião das campanhas eleitorais. Digo isso, porque disputei 04 eleições no Vale do Ivaí e nas últimas três em que participei, em São Pedro, sempre fui o Deputado Estadual mais votado e em nenhum momento tive que comprar um voto sequer, seja de professor, de comerciante, de industrial e, principalmente, dos bóias-frias daquela cidade.

Admito com Vossa Excelência e até creio ter razão de ser a reivindicação por um salário mais justo aos trabalhadores bóias-frias, aos trabalhadores volantes que atuam no corte da cana. Mas também por aquilo que sabemos, esse preço mais justo, esse preço melhor remunerado, não uma reivindicação apenas do que diz respeito a

São Pedro do Ivaí, é uma reivindicação, também, em outras cidades.

Dizer que o proprietário da destilaria, um dos proprietários, o maior acionista é de São Paulo, tudo bem, ele mora em São Paulo. Mas está em São Pedro do Ivaí, talvez, até antes da existência da Cidade de São Pedro do Ivaí. Defender uma melhor remuneração é justo, e todos temos que nos somar a ela, e já disse isso quando estive, recentemente, em São Pedro do Ivaí, conversando tanto com produtores, com industriais e com trabalhadores volantes.

Mas, querer esconder o trabalho que foi feito pela Destilaria Vale do Ivaí, pela Ivaicana, na geração de empregos daquela região, Vossa Excelência fala dos desdentados, fala dos problemas de saúde. Não trazer aqui a conhecimento o serviço de saúde, seja de hospitais conveniados, de farmácias conveniadas, dentistas conveniados, não falar aqui da alimentação que é oferecida, do transporte que é oferecido, o registro em carteira assinada que é oferecido, também é contar as meias verdades.

Com referência ao Padre Zenildo, tive a oportunidade de vê-lo umas duas ou três vezes e numa dessas vezes saí da igreja muitíssimo chateado, porque era uma formatura de magistério ou contabilidade e a única coisa que fez no sermão, quando deveria pregar a Bíblia, foi desancar o pau nos políticos de um modo geral.

Então, não tem muita credibilidade a liderança, não só espiritual, como política do Padre Zenildo, porque no momento de uma formatura, quando deveria pregar os rumos através da espiritualidade, que a Bíblia nos oferece, utilizou-se daquele espaço para desancar o pau nos políticos e quando este Deputado teve a oportunidade, na colação de grau, de manifestar o seu pensamento, aí o Padre Zenildo já tinha pego o seu trecho e não ficou lá para ouvir a nossa réplica. Portanto, a participação dele no movimento é legítima? É legítima. Mas também não dá para se ter credibilidade em 100% daquilo que fala.

Dizer que São Pedro do Ivaí não tem lideranças, não é verdadeiro. Só para se ter uma idéia, São Pedro do Ivaí, agora, inaugurará, nos próximos dias, 265 casas populares do Projeto Casa da Família, conveniado à destilaria. Participou, doando o terreno. Vai construir agora vilas rurais.

Vossa Excelência está trazendo aqui, como o Dr. Jaime Vatilongo, que é proprietário daquela destilaria, que estão agora com o Senhor Deni Schwartz, numa audiência para o qual tínhamos sido convocados para discutir a reconstrução da rodovia São Pe-

dro à Mariza. Não se pode vir aqui para justificar a reivindicação de melhores salários para o trabalhador, desancar o pau numa empresa, numa cidade, dizer que as coisas, lá, estão todas erradas e que o único certo é o padre. Não. Os trabalhadores têm direito à reivindicação. Nós estamos do lado das reivindicações, mas não vamos assistir calados a manifestação de Vossa Excelência, que como bem disse não conhece São Pedro de Ivaí.

(Vozes paralelas)

O SR. IPINEU COLOMBO - Senhor Presidente, requeiro a palavra de volta. Estou nesta tribuna defendendo uma pessoa. Não posso admitir, que um padre seja ameaçado por apoiar os bóias-frias, e ficar calado. É falta de minha percepção política. É falta de sensibilidade humana.

Nem conheço o Prefeito da cidade, se ele constrói mil casas, ou quinhentas casas. Pode ser que mil casas seja muito pouco para uma população local. Não sei fazer essa avaliação.

Agora, que as lideranças políticas preferiram ficar do lado da usina e contra os esfarrapados humanos, isso é verdade, porque estive lá no local.

Nesse momento, estou levando a esta tribuna e está tendo a repercussão que queria, exatamente, é que o Padre Zenildo está sendo ameaçado de morte por algumas falsas lideranças políticas, num embate político democrático...

(Vozes paralelas)

só falei que é de São Paulo e o nome da empresa. Nem falei se é uma empresa idônea ou não é. Nem sei se pagam imposto corretamente ou não. Agora, que paga muito mal os trabalhadores, isso, é certamente, porque até o Tribunal Regional do Trabalho reconheceu. Essa é a questão.

Concedo um aparte ao Deputado Doutor Rosinha.

O Sr. Dr. Rosinha - Já estive em São Pedro várias vezes, inclusive, uma das vezes encontrei o Deputado Orlando Pessuti na cidade. Este ano, inclusive, já estive lá e conheço o Padre Zenildo.

Quero só lembrar, que acho que tem lideranças políticas lá. Uma liderança política atuando de um lado. Do lado do opressor, do lado do explorador sem voltar os olhos para aqueles trabalhadores que realmente necessitam.

Só para dar um exemplo, os companheiros que necessitam, que foram candidatos pelo PT, principalmente, candidato a prefeito, na eleição passada, tiveram que sair da cidade, porque não arrumava emprego na cidade. Foi o grande crime, por ter sido candidato de um partido político, o

PT. E ele foi o segundo mais votado na cidade e teve que sair dali.

A maneira como são fornecidos os medicamentos na farmácia, sem licitações. No hospital houve irregularidades, inclusive, com acusações junto ao Tribunal de Contas, pedindo auditoria.

Se for para a gente questionar a elite política da cidade, que já tem a sua posição contra os trabalhadores, é fácil de vermos. A Usina dá para se dizer, Deputado Colombo que a Usina faz dos trabalhadores cortadores de cana seus escravos, porque ganhar cento e pouco reais, é realmente pouco por uma tonelada de cana cortada, é um crime, é uma barbaridade, queria ver qualquer trabalhador, qualquer um de nos no facão o dia inteiro para ver o que é cortar cana desta maneira.

Quando o Padre Genildo tomou posição favorável a esta população, a esse povo que não tem vez e nem voz, e alguém tem que dar vez e voz a eles - o Padre Genildo não teve dúvida, entre ficar do lado do que domina e que explora ele ficou ao lado dos sofridos, dos dominados, dos de baixo, como dizia Florestan Fernandes, ficando contra os de cima.

Tem todo o nosso apoio o Padre Genildo e todo o nosso apoio aquelas lideranças ali que conheço perfeitamente e que provavelmente voltarei lá no mês de julho, porque é uma região que visito constantemente - não por ser região eleitoral, mas porque tem povo sofrido, necessitando de apoio de Parlamentares que já assumiram a sua posição na luta de classe.

O SR. IPINEU COLOMBO - Para encerrar, Senhor Presidente, apenas quero reafirmar que é um exemplo de luta dos cortadores de cana, que espontaneamente, sem a participação do seu sindicato, que não souberam liderar o movimento e compreender a angústia que passavam, e diante da falta de alguém que os apoiassem, apelaram para o padre Genildo que deu a eles apoio. E contra ele pesou, sobretudo, a ira daqueles que são contrários a sua opção, digamos, de atuação pelos excluídos, pelos pobres.

O Sr. Emerson Nerone - Deputado Luiz Carlos Zuk, Presidente, Deputado Colombo, Deputado Orlando Pessuti.

Com o Deputado Orlando Pessuti, gostaria apenas de apartear, neste sentido, quando ele cita que a empresa doou o terreno para a construção de casas populares para os empregados, queria dizer que essa é uma nova forma que os usineiros encontraram para fazer os seus feudos. O feudo se faz quando você não paga salário digno e

dá para o Estado terrenos para construir casas em que o usineiro sabe que o empregado só vai ter condições de ficar ali enquanto ele for empregado da usina.

São Pedro do Ivaí e assim como em todo o lugar aonde a cana chegou com os usineiros, usineiros vindo de São Paulo, porque lá, Deputado Colombo, esse mesmo usineiro dono da empresa em São Pedro do Ivaí, paga 300 reais em média por mês para os seus empregados. Então ele vem para o Paraná, porque aqui ele tem condições de pagar salários muito mais baixos, aqui os cortadores de cana têm muito menos organização, aliás, trabalhemos nessa organização - e gostaríamos de chamar o Deputado Orlando Pessuti para tentar organizar junto conosco, para que eles tenham no mínimo o mesmo salário lá do interior paulista, porque o custo lá é o mesmo daqui, o custo para o usineiro às vezes se torna até um pouco maior aqui no Paraná, exatamente por causa do transporte muito longo, ele sai de lá mais vê vantagem exatamente no pagamento de salários mais baixos, e quando ele constrói casas para funcionários e que ele paga um salário irrisório, um salário humilhante, é exatamente para constituir um feudo eterno, um feudo de trabalhadores que sabem que não podem reclamar para o patrão se não perdem a casa.

E é assim lá em São Pedro do Ivaí, é assim na usina Santa Terezinha lá do lado de Maringá, é assim que funciona em quase todo o País a criação de feudos nesse processo de privatização do Estado, aonde o Estado praticamente assina embaixo a construção de um regime semi-escravo sobre as suas bênçãos.

Muito obrigado!

O SR. IRINEU COLOMBO - Encerrando, Senhor Presidente.

Digo que o relato que fiz aqui em parte da peça mandada pelas pessoas daquela cidade, constará também de uma representação junto a delegacia de polícia, sobre um panfleto difamatório.

E ainda, deixo para pensar umas frases que o próprio Padre Genildo coloca para nós: "Deus age na história junto aos pobres sofredores - Êxodo, Capítulo III, versículo 7 a 10.

"Deus reage contra aqueles que exploram os pobres" - Amós, Cap. VIII, versículo 4 a 8.

Em Tiago, "Deus condena quem explora os trabalhadores" cap. 5, versículo 1 a 6.

Obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo a essa tribuna hoje, para dizer aos nobres Deputados, que com muita alegria, muita satisfação, que vemos o nosso nome mais uma vez apontado em primeiro lugar nas pesquisas para Prefeito de Campo Mourão. Credibilidade não se compra, credibilidade se conquista com dedicação, com trabalho e acima de tudo, respeito ao cidadão, respeito a todos os partidos políticos, respeito daquilo que a nossa mãe, o nosso pai, a nossa professora nos ensinou. E levamos isso para a vida pública, quando fomos Vereador de Campo Mourão, quando fomos prefeito de Luiziana, e hoje como Deputado Estadual, representando aquela região Centro Oeste e o Município Modelo do Estado do Paraná, que é Campo Mourão.

Uma pesquisa de 37.5, contra 17.7 do segundo lugar.

Isso se deve, também, ao grande programa do Governo do Estado do Paraná, o Governador Jaime Lerner, que tem levado todas as semanas os programas que são realizados, programas fundamentais para o futuro do Estado do Paraná. E nesses programas não só na área da agricultura, não só na área da Educação, do Transporte, todos os programas de segmento da sociedade do Governo Jaime Lerner, estão implantados na região Centro Oeste do Estado do Paraná em Campo Mourão. Vemos aí uma obra priorizada pelo Governo do Estado do Paraná, uma obra que há quarenta e cinco anos era reivindicada pelo povo da região, entre Umuarama, do nosso grande companheiro Deputado Nelson Garcia e vemos agora, prestes a ser anunciado por esse governo essa obra.

A obra da ponte de Guaíra, também uma obra de suma importância para o escoamento da safra agrícola do Mato Grosso para o Porto de Paranaguá, que já foi anunciado e está sendo construído pelo Governador Jaime Lerner. Temos o programa dos caminhos da educação, que são os programas da Secretaria de Transportes em conjunto com o DER, onde temos a nossa região quatro Municípios, que estão sendo beneficiados, que é o Município de Luiziana 6 Km; Campo Mourão 18 Km; Peabiru 18 Km e 12 Km do Município de Barbosa Ferraz..

É outro programa, Senhor Presidente, que vai dar certo no Estado do Paraná, porque acreditamos, o povo acredita, e acima de tudo, o governo acredita nesse programa. Para que os nossos filhos que quando saem lá da sua casa e vão para a escola estudar, o pai sabe que esse filho ou essa filha que sai de casa e volta à noite e vem com segurança, com tranquilidade; desse asfalto que é o Projeto 3.6 do Governo do Estado do Paraná Jaime Lerner.

As Vilas Rurais Senhor Presidente, é

um programa que foi implantado já em 6 cidades, que estão prontas as Vilas Rurais e temos mais 12 cidades que o Governo do Estado do Paraná assinou as Vilas Rurais na nossa região.

Portanto há um trabalho do Governo Jaime Lerner, e principalmente nós que somos do mesmo partido do Governador, e que temos um respeito aos demais partidos, aonde em Campo Mourão, iremos fazer a coligação e estamos conversando com todos os partidos políticos, e é lógico iremos fazer aquilo que é melhor para o Município de Campo Mourão. Mas devemos não só pela credibilidade do Deputado Nelson Tureck, essa pesquisa de quase 40% em Campo Mourão, mas também fruto de um trabalho, onde o povo do Paraná plantou uma boa semente, e hoje está colhendo os seus bons frutos com esse Governador do Estado do Paraná que, sem sombra de dúvida, é um Governador que nos orgulha, um Governador que vai deixar a sua marca, porque ele está sempre empenhado no desenvolvimento, não só do setor agrícola, mas também na área industrial, porque são os dois setores hoje que têm todo o respaldo do Governo Jaime Lerner, que é o incentivo a quem produz e a quem gera emprego.

Era isto, Senhor Presidente. E, mais uma vez um agradecimento aqui ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que na outra pesquisa estávamos com 32% em Campo Mourão, e com o apoio das palavras amigas do Deputado, através do canal de televisão - do qual tenho uma audiência muito grande - conseguimos subir mais cinco pontos, indo para quase 40%.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso a palavra neste momento, na condição de Presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, para fazer um convite a todos os Senhores Deputados, para o III Seminário que estamos realizando, juntamente com a APP Sindicato, a ANDES e a Universidade de Ponta Grossa, sobre as políticas educacionais. Este seminário começa sexta às 9:00 horas da manhã, dia 21 de junho, continua até a noite e se encerra no sábado. É um seminário de extrema importância que vai discutir toda a reforma por que passa a educação em todo o Brasil e em nosso Estado.

Começa na manhã de sexta-feira com o tema: "Políticas Educacionais e Financiamento da Educação". São as políticas do Banco Mundial para a educação do terceiro mundo, e particularmente do Brasil. Nós mesmos desta Casa, aprovamos um financiamento com o Banco Mundial, para alguns investimentos na educação do Paraná.

A professora Marília Fonseca (Univer-

sidade de Brasília) e Francis Mary Nogueira (FECIVEL), especialistas em financiamentos educacionais, darão palestras às 9:30 horas. Às 14:00 horas discutiremos as "Reformas Constitucionais e a Questão da Educação" com o Professor Luiz Henrique Schuch (Presidente da ANDES) e a Professora Juçara Maria Dutra Vieira (Secretária de Assuntos Educacionais da CITE). À noite, às 19:30 horas, teremos uma discussão sobre a "Política Estadual de Educação", com a Professora Maria Dativa Salles Gonçalves, que é da Universidade Federal do Paraná e do Conselho Estadual de Educação; o senhor Marcos Cordioli, que é o assessor da Comissão de Educação e Cultura desta Casa.

Sábado, faremos uma discussão sobre as ações concretas do Governo Lerner, discutindo a "Reforma do Ensino de 2º Grau" com o Professor Romeu Gomes de Miranda (APP Sindicato); "Políticas para o Ensino Superior", com o Professor Hideo Haraki (ANDES) e sobre a "Universidade do Professor" com o senhor Marco Aurélio Monteiro Pereira (Universidade Estadual de Ponta Grossa).

Então, gostaria de convidar todos. Esse encontro vai ser na Universidade Estadual de Ponta Grossa, e é muito importante a presença de todos os Deputados, que muito nos honrará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que a Mesa Executiva anuncia, em nosso meio, a presença do companheiro Jesus, que é o Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Universidade de Ponta Grossa, e Presidente da Federação dos mesmos servidores em todo o Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna para trazer ao conhecimento desta Casa, uma nota oficial divulgada no dia de hoje pelo Governo do Estado, em relação o que aqui nesta Casa tomamos conhecimento, via apresentação de um vídeo feito pelo jornalista da CMT, Ney Inácio, e pelas manifestações colocadas pelos Senhores Parlamentares, após a apresentação daquele vídeo.

(Lê):

"Tribuna do Paraná

Curitiba, quarta-feira, 19 de junho de 1996

NOTA OFICIAL

Com relação ao noticiário veiculado nos últimos dias sobre a questão da hanseíase em Pitanga, o Governo do Estado esclarece:

1. O Governador em exercício, Anibal

Phury, preocupado com a situação e empenhado em averiguar a veracidade das informações, determinou ontem a ida ao município, do Secretário em exercício da Saúde, Luciano Ducci, e do coordenador da Defesa Civil do Estado, Coronel Luiz Antonio Borges Vieira, acompanhados por equipe técnica de alto nível.

2. Ali constatou-se a existência de 147 casos de hanseníase em tratamento no município, muitos deles há vários anos. Duzentos pacientes tiveram alta nos últimos 12 meses e estão sendo acompanhados para comprovação de que a doença não retornou.

3. Pitanga, através das autoridades estaduais e municipais, vem fazendo um trabalho permanente de atendimento aos pacientes, através de profissionais devidamente capacitados, e mantém a doença sob controle.

4. O Estado, através da Secretaria da Saúde, repassa insumos, medicamentos, presta assessoria e dá treinamento aos funcionários municipais encarregados da questão, além de garantir atendimento em especialidades e, se necessário, internamento.

5. O Governo do Estado tranquiliza a população diante da evidência de que a situação médica de Pitanga está sob absoluto e cuidadoso controle sanitário, em função do empenho das autoridades locais e da vigilância da Secretaria Estadual da Saúde.

Governo do Estado do Paraná"

Além desta nota, acrescento ainda que, ontem pela manhã, o Governador esteve reunido, recebeu a visita do Prefeito de Pitanga, onde recebeu os relatos por parte do Prefeito, do trabalho que a sua equipe fez no Município e aquilo que é repassado pelo Governo do Estado.

Informo também ao Plenário, que o Secretário Estadual da Saúde, Armando Raggio, está à disposição da Assembleia Legislativa, da Comissão de Saúde e da Comissão recém criada por esta Casa, para vir aqui em Plenário, ou em Comissão interna, para fazer os devidos esclarecimentos a respeito da questão de Pitanga.

Diante disso, era a manifestação que eu queria fazer ao Plenário hoje, da satisfação que dá o Governo do Estado, em relação ao fato mostrado, existente na cidade de Pitanga.

O SR. PRESIDENTE(Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário dos Lideranças.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Senhores Deputados..

Sobre a mesa, Ofício nº 115/96,

subscrito pelo Senhor Deputado Augustinho Zucchi, Presidente da Comissão de Agricultura e Comércio, constante do expediente, solicitando autorização para aquisição de 02 (duas) passagens aéreas, trecho Curitiba-Brasília-Curitiba, bem como hospedagem para os Senhores Deputados que irão participar de audiência com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura. Aprovado.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões dos Projetos de Lei nºs 536/95 e 513/95, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. Retirados pelo autor.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

1.ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 047/96, de autoria do Deputado Nelson Justus e outros, que altera o parágrafo 3º do art. 61 da Constituição do Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL PROPOSIÇÃO Nº 047/96

Artigo Único - O § 3º do artigo 61 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar a seguinte redação:

"3º - A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á em Sessão Preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano de legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de 2 (dois) anos".

Sala das Sessões, em 27.05.96.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento: Cleiton Kielse, Duílio Genari, Marquinhos Alves, Caíto Quintana, Algaçú Túlio, Luiz Carlos Zuk, Antonio Belinati, Jocelito Canto, Carlos Simões, Nelson Garcia, Elío Rusch, Iron-di Pugliesi, Valdir Possoni, Albanor Gomes, José Tavares, Luiz Accorsi, Neivo Beraldin, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Durval Amaral, Picardo Chab, Sérgio Spada, Edson Lino, Walmor Trentini, Beto Richa, Antonio Annibelli, Cezar Silvestri, Basílio Zanusso, João Techy, Miltinho Puppio, Edno Guimarães, Luiz Claudio Pomanelli, Geraldo Cartário, Nereu Moura, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Peny Borsatto, Edgar Bueno, Luiz Carlos Alborghetti, Eduardo Trevisan, Nelson Tureck, César Seleme, Augustinho Zucchi, Plauto Miró Guimarães, Orlando Pessuti e Luiz Carlos Martins.

JUSTIFICATIVA:

A propositura da presente Emenda Constitucional faz-se propícia já que na esfera federal procura-se implantar a reeleição para Presidente da República e deseja-se, igualmente, plantar a idéia de reeleição para os Prefeitos Municipais.

Tal posição nasce do fato de se poder possibilitar àqueles mandatários, representantes da vontade popular, de serem reconduzidos em seus cargos por terem cumprido sua missão de modo satisfatório e condizente com os anseios daqueles que os elegeram.

Outrossim, muitas vezes o tempo do mandato é exíguo para que o mandato se propôs, não conseguindo concluir, plenamente, seus objetivos e metas.

Entendemos cabível a nossa proposição, visto que nada mais justo a reeleição do portador de um cargo que não teme em disputar uma nova eleição, já que é sabedor da aceitação implícita de sua gestão por aqueles que lhe deram seus votos de confiança.

PROPOSIÇÃO Nº 47/96

P A R E C E R:

Relatório

A presente proposição, de autoria do Deputado Nelson Justus e contando com o apoio da maioria dos Senhores Deputados, tem por finalidade alterar a redação do § 3º, do artigo 61, da Constituição do Estado do Paraná, que versa sobre a reeleição para cargos da Mesa do Legislativo.

Fundamentação

Através da presente propositura, o legislador pretende retirar a parte do dispositivo constitucional que veda a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Tal posição nasce do fato de se possibilitar àqueles mandatários, representa-

tes da vontade popular, de serem reconduzidos em seus cargos por terem cumprido sua missão de modo satisfatório e condizente com os anseios daqueles que os elegeram.

A proibição da reeleição para cargos da Mesa dos Legislativos origina-se de iniciativa da Junta do Governo Militar, que impôs a Nação a Emenda 01/69 à Constituição Federal de 1967.

A medida, portanto, contém indisfarçável ranço autoritário.

Inexplicavelmente, o Congresso Nacional Constituinte de 1988 coonestou esse óbice à plena democracia interna dos Poderes Legislativos.

A constituinte estadual, por força do hábito adquirido ao longo de vinte e tantos anos de sujeição ao Poder Central e à Constituição Federal no seu todo, reproduziu no corpo da Constituição do Estado do Paraná a vedação acima aludida.

No soberano exercício de suas competências privativas, para dispor sobre suas organizações, funcionamento e política, os Poderes Legislativos dos Estados do Rio de Janeiro e de Rondônia permitem reeleições para os cargos diretivos, salientando-se, também, que o Partido dos Trabalhadores propôs ação de inconstitucionalidade contra reeleições adotadas pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, tendo o Supremo Tribunal Federal negado a concessão de liminar, por maioria de votos.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da proposição em tela, salientando que trata-se de norma de mera conveniência organizacional ou operativa não ferindo nenhum princípio fundamental sobre o qual repousa o Estado Nacional, nem as diretrizes expressamente imputadas aos Estados e Municípios, pela Carta Magna.

Sala das Comissões, em 11.06.96.

NELSON JUSTUS - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Apoiamento: Iron-di Pugliesi, Valdir Rossoni e Beto Richa.

Esta Presidência esclarece ao Plenário desta Casa que esta proposição a ser votada, nos termos do que realmente o nosso Regimento determina, que é emenda à Constituição do Estado, o artigo do Regimento diz o seguinte:

"A votação será pelo processo nominal da seguinte forma: os nomes serão anunciados em voz alta pelo Senhor 1º Secretário, ilustre Deputado Luiz Carlos Martins.

Os Senhores Deputados, levantando-se de suas cadeiras responderão "SIM" ou "NÃO" conforme aprovem ou rejeitem a matéria da votação."

A Presidência deseja salientar que para aprovação desta proposição serão neces-

sários 3/5 dos votos dos membros desta Casa ou seja, 33 votos dos Senhores Parlamentares, dizendo "SIM".

Solicito ao Senhor 1º Secretário Luiz Carlos Martins que dê início à chamada nominal.

Antes, concedendo Pela Ordem, a palavra ao Deputado Nerone.

O SR. EMERSON NERONE (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria apenas de ler um voto em separado à Constituição Estadual que dispõe sobre a reeleição para Presidente do Poder Legislativo do Estado do Paraná. (Lê):

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VOTO EM SEPARADO A EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA O CARGO DE PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

A referida emenda à Constituição Estadual permite a reeleição dos membros da Mesa Executiva no período subsequente, dentro da mesma legislatura, para os mesmos cargos.

A emenda em questão aparenta avanço democrático. Não há, na realidade, Estado que confesse ter outra filosofia que não a democrática, o 'governo do povo, pelo povo e para o povo'.

O governo representativo é conceito inerente do regime democrático.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em sua obra 'Do Processo Legislativo' (São Paulo: Saraiva, 1995, p.4), enfatiza que 'Governo representativo no sentido de governo exercido por quem não pretende ter direito próprio a ele mas sem agir como representante, em nome e por conta do povo'.

O povo delegou aos constituintes poder para elaborar a Constituição Federal promulgada em 1988. Nessa super-norma as Constituições Estaduais foram obrigatoriamente buscar seus princípios básicos.

A Constituição Federal distribuiu poder aos Estados-membros, mas é nela que o Estado está estruturado. A autonomia das unidades da federação não significa soberania, porque esta é inerente da União.

José Afonso da Silva (Direito Constitucional Positivo, p.49) nos ensina com propriedade 'toda autoridade só nela encontra fundamento e só ela confere poderes e competências governamentais. Nem o governo federal, nem os governos dos Estados, nem os dos Municípios ou do Distrito Federal são soberanos, porque todos são limitados, expressa ou implicitamente, pelas normas positivas daquela lei fundamental. Exercem suas atribuições nos termos nela estabelecidos'.

Dessa forma, as normas que integram o

ordenamento jurídico adquirem validade se conformes com a Constituição Federal.

Verificamos no caso em tela a existência da incompatibilidade vertical entre o disposto no artigo 57, parágrafo quarto, da Constituição Federal e o texto da emenda à Constituição do Estado proposta. Trata-se de inconstitucionalidade material, posto que o conteúdo dessa proposição contraria o referido dispositivo constitucional.

Não é por capricho que o legislador constituinte prescreveu no parágrafo quarto, do artigo 57, da Constituição Federal a vedação da recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. O fez para garantir que haverá rotatividade, representatividade na administração do Poder Legislativo. A temporariedade é inerente do mandato e também dos cargos da Mesa Executiva.

Quem procura vitaliciedade e a inamovibilidade deve prestar concurso e gozar das garantias constitucionais oferecidas aos integrantes do Poder Judiciário.

'Atraindo-se e repelindo-se ao mesmo tempo, liberdade e igualdade envolvem sem dúvida um 'quantum' de contradição, mas sem a sua integração não pode haver democracia'. (Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Do Processo Legislativo, p.5).

A desigualdade entre os pares ficará estabelecida com a aprovação dessa emenda à Constituição do Estado. Essa emenda demonstra que alguns Deputados não querem mais exercer seu direito de voto, haja vista que o resultado já é de antemão conhecido.

Não fomos eleitos para abdicar de nossas prerrogativas. Devemos lembrar que nosso compromisso está com aqueles que nos consideraram dignos de receber o voto e é a essas pessoas que devemos satisfação de nossos atos nesta Assembleia Legislativa.

Fere, esta proposta, também, o princípio pluralista, porque sabemos inviabiliza uma eleição democrática. Tem por objetivo institucionalizar um conchavo, propiciando a aposentadoria do Excelentíssimo Senhor Anibal Khury no Governo do Estado.

É a completa desvinculação da Assembleia Legislativa com os interesses coletivos.

Caso a autonomia do ente federado fosse ampla como pretende o autor da emenda à Constituição Estadual em análise, por que não poderia o governador concorrer à reeleição?

Todos sabem que é princípio constitucional essa vedação e que depende de alterações na Constituição Federal para viabilizar o feito.

José Afonso da Silva, em sua obra 'Curso de Direito Constitucional Positivo' (p.485), ressalta que a Constituição Fede-

ral, no parágrafo quarto, do artigo 57, da Constituição Federal, consagra princípio geral da organização do Poder Legislativo, o que não fere a autonomia das Câmaras Legislativas, posto que seus órgãos diretores são compostos de membros pertencentes a seus quadros e eleitos pelos seus pares e ressalta à página 486: 'Com o texto agora em vigor está claro que o Presidente não pode pleitear sua recondução ao mesmo cargo, mas pode, por exemplo, para vice-Presidente, enquanto este pode pretender eleger-se Presidente ou Secretário e este a qualquer daqueles'.

Em face do exposto, exaramos nosso voto contrário à tramitação dessa Emenda à Constituição Estadual, por considerá-la inconstitucional.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(a) FMEPSON NERONE
Deputado Estadual"

Amanhã, caso este projeto receba o voto ao menos daqueles que assinaram e daí teria a garantia da sua aprovação, vamos exarar também o nosso Parecer contrário ao mérito desta questão. Mas quanto a constitucionalidade queremos reafirmar assim que, caso a Assembléia Legislativa aprove, entraremos com todas as formas jurídicas possíveis para tentar barrar na justiça o processo de reeleição para cargos na Mesa Executiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Encaminho esta votação, inclusive pela responsabilidade de quem foi Relator da Constituição do Estado do Paraná.

Confesso que sentia-me preocupado quando ouvi, Deputado Nerone, que haveria uma emenda na Constituição a dizer que era permitida a reeleição de Presidente da Casa para o mesmo cargo. E uma emenda neste sentido seria flagrantemente inconstitucional. O que é inconstitucionalidade? Inconstitucionalidade é tudo aquilo que fere o princípio da Constituição maior, no caso a Constituição Federal.

No instante em que está votando uma emenda ao Artigo 61 da Constituição, em que o mantém, dizendo que a Assembléia Legislativa reunir-se-á em Sessão preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para posse de seus membros e eleição da Mesa para mandato de dois anos, excluindo na nova redação, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Não está, sob hipótese alguma, Deputado Nerone - com o devido respeito a Vossa

Excelência - pecando com inconstitucionalidade, porque ela não está contrariando princípio da Constituição Federal. Ela seria inconstitucional se determinasse a possibilidade de ser.

Portanto, eu lhe recomendo mais: que Vossa Excelência não entre com nenhuma ação de inconstitucionalidade após a votação. Não é o momento. Seria inoportuno. A oportunidade de discutir a constitucionalidade ou não da reeleição do Presidente seria no instante em que o ato fosse ocorrer, baseado no argumento da Federal e não agora.

Cabe a nós, da Assembléia Legislativa do Paraná, indiscutivelmente proceder a votação desta emenda substitutiva sem nenhum risco, não discuto aqui o mérito do pensamento de cada um. Particularmente sou a favor, sempre fui, ao direito de reeleição em todos os cargos em todos os níveis. Acho que não há democracia maior do que permitir às pessoas o direito de reeleição. Não enxergo democracia com o cerceamento do direito do cidadão de concorrer a um cargo. Ora, daqui a pouco quero ser Presidente da Assembléia Legislativa e crio uma lei impeditiva para que o Presidente possa concorrer de novo, porque ele pode ser um risco para mim. Não, a Assembléia não diz que há uma prorrogação de mandato, a Assembléia permitirá, se for o caso, o direito de concorrer à eleição, mas não proíbe a nenhum dos 54 Deputados disputar contra aquele que for disputar a reeleição. Se for um mau Presidente, cabe a nós derrubar, seja ele quem for.

Outra coisa, Deputado Nerone: a afirmativa de que há - e pelo menos eu não conhecia isso, ouvi agora de Vossa Excelência - um acordo para que o Presidente da Assembléia eventualmente reeleito viesse a ser o substituto do Governador, no caso de ser reeleito, também não é verdadeira. Porque primeiro: o primeiro substituto seria o vice-Governador, o segundo substituto seria o Presidente da Assembléia, temporariamente, porque a Constituição diz que em ocorrendo vacância nos dois primeiros anos, assume o Presidente da Assembléia, convoca eleição nos próximos 60, 90 dias. Eleição Geral. Ocorrendo nos dois últimos anos, convoca eleição interna da própria Assembléia, portanto teria que existir eleição. O Presidente da Assembléia não assume definitivamente sem existir uma eleição embora nos dois últimos anos dos seus Pares.

Portanto não vejo impeditivo nenhum dessa votação e acho que a racionalidade desta Casa é de que cada um de nós, com o nosso conceito de reeleição, dê o seu voto sem nenhum medo de inconstitucionalidade.

Muito obrigado.

O SR. PPRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Processo de votação.

O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Aqueles que forem favoráveis, irão proferir a palavra SIM.

Os Senhores contrários, a palavra NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Presidente Luiz Carlos Zuk - SIM

Deputado Luiz Carlos Alborghetti - SIM

Deputado Luiz Carlos Martins - SIM

Deputado Neivo Beraldin - SIM

Deputado Nelson Garcia - SIM

Deputado Edgar Bueno - SIM

Deputado João Techy - SIM

Deputado Albanor José Gomes - SIM

Deputado Algaci Túlio - SIM. Muito embora acredite que no ano que vem eu não esteja mais aqui na Casa para pleitear a Presidência da Casa.

Deputado Ângelo Vanhoni - Senhor Presidente, gostaria de manifestar o meu voto.

Quero dizer que a Bancada do Partido dos Trabalhadores não entende que o princípio da reeleição, nós somos favoráveis ao princípio da reeleição não só para Governador, mas para Prefeito, para Presidente da República e também para a recondução das Mesas Executivas tanto no Parlamento lá em Brasília quanto nos Estados e nos Municípios. Achamos que o princípio da reeleição é absolutamente democrático e reforça a democracia no nosso País. Em função do questionamento da legalidade, da constitucionalidade, nosso Partido vai votar não, contra a reeleição.

Gostaria de dizer também, em que pese que no ano que vem eu esteja à frente do Poder Público Municipal da nossa cidade, tenho imensa satisfação e o prazer de contar com a colaboração do Deputado Estadual Algaci Túlio, nos trabalhos que vamos fazer à frente da Prefeitura Municipal do nosso Município de Curitiba.

Obrigado, Sr. Presidente. NÃO

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Antonio Belinati - AUSENTE

Deputado Antonio Annibelli - SIM

Deputado Augustinho Zucchi - SIM

Deputado Basílio Zanusso - SIM

Deputado Peto Richa - SIM

Deputado Caíto Quintana - SIM

Deputado Carlos Simões - AUSENTE

Deputado Cesar Seleme - SIM

Deputado Cezar Silvestri - SIM

Deputado Cleiton Kielse - SIM

Deputado Duílio Genari - SIM

Deputado Durval Amaral - SIM

Deputado Edno Guimarães - SIM

Deputado Edson Silva Lino - SIM

Deputado Eduardo Trevisan - SIM

Deputado Elio Rusch - SIM

Deputado Emerson Nerone - NÃO

Deputado Doutor Posinha - NÃO

Deputado Geraldo Cartário - SIM

Deputado Irineu Colombo - NÃO

Deputada Irondi Pugliesi - SIM

Deputado Jocelito Canto - Sr. Presidente, Sr. Secretário.

Em homenagem ao nosso Governador, que em menos de uma semana assumiu quatro vezes o nosso Palácio Iguaçu. Homenagem a essa abertura desse Governo do nosso eminente Presidente. Homenagem ao nosso vice-Presidente, que é de Ponta Grossa. SIM

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Joel Coimbra - SIM

Deputado José Maria Ferreira - SIM

Deputado José Tavares - SIM

Deputado Luiz Accorsi - SIM

Deputado Luiz Claudio Romanelli - SIM

Deputado Marquinhos Alves - SIM

Deputado Milton Puppio - SIM

Deputado Nelson Justus - Sr. Secretário, Sr. Presidente.

Ao tempo em que cumprimento o Deputado Caíto Quintana pelo brilhante esclarecimento que fez a essa Casa, no encaminhamento desta questão, apenas para corroborar, quero dizer que o Supremo Tribunal Federal, negou provimento a um pedido de mandado de segurança feito pelo Estado do Rio de Janeiro, por unanimidade.

Portanto a matéria é totalmente constitucional. SIM

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Nelson Tureck - SIM

Deputado Nereu Moura - SIM

Deputado Orlando Pessuti - SIM

Deputado Péricles Mello - NÃO

Deputado Plauto Miró Guimarães - AUSENTE

Deputado Renato Adur - AUSENTE

Deputado Peny Borsatto - SIM

Deputado Ricardo Chab - SIM

Deputado Samis da Silva - SIM

Deputado Sergio Spada - AUSENTE

Deputado Toti Colaço - SIM

Deputado Valdir Rossoni - SIM

Deputado Walmor Trentini - SIM

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A mesa anuncia: 44 Senhores Deputados responderam "SIM".

05 Senhores Deputados responderam "NÃO".

Conseqüentemente, aprovada em 1º Turno a Proposição nº 047/96 e retornará ela, após cinco sessões consecutivas de interstício para aprovação em 2º Turno.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/56 de autoria da Deputada Irondi Pugliesi que autoriza o Poder Executivo a

promover a implantação de educação ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.C.E. e C.E.M.A.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/95 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que estabelece a obrigatoriedade de programas de controle de infecção hospitalar, conforme especifica. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. e FAVORÁVEL DA C.S.P.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/96 de autoria do Deputado José Maria Ferreira que autoriza o Poder Executivo a incluir o ensino da língua espanhola como opção para a matéria "Língua Estrangeira Moderna nas Escolas de 1º e 2º Graus na Rede Pública de Ensino". COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 036/96 de autoria do Deputado Caio Quintana que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.254, de 21.12.95, que cria o Município de Bela Vista da Caroba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/96 de autoria do Deputado Eduardo Trevisan que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Assaí. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S.P.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/96 de autoria do Deputado Durval Amaral que determina que seja fixado em local visível nos postos de gasolina os preços cobrados pelos combustíveis e a obrigatoriedade de fornecimento de gasolina comum. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/96 de autoria dos Deputados Nelson Tureck e Orlando Pessuti que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Artagão de Mattos Leão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 71 de 28.05.96).

PROJETO DE LEI Nº 218/96

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Artagão de Mattos Leão. Uma iniciativa louvável e que vem contemplar uma das mais importantes figuras públicas do Estado do Paraná com esta honraria desta Casa de Leis.

Quer seja como líder estudantil na década de 60, onde fundou o Partido de Oposição, quer como professor de 1º e 2º graus, quer como advogado, quer como atual Presidente do Tribunal de Contas do Estado, quer como cidadão, o Dr. Artagão de Mattos Leão nunca economizou esforços para ajudar no desenvolvimento social, político e econômico do Paraná.

Hoje a Carta Magna Paranaense traz uma importante marca do trabalho e da inteligência do Dr. Artagão de Mattos Leão que em 1989 foi Líder do Governo na Constituinte. Além de inúmeras leis de sua autoria durante suas passagens (por dois mandatos) pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que servem de instrumentos e referências pelo bem estar da população.

E atualmente como Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Dr. Artagão de Mattos Leão revela mais uma vez a sua liderança e a firmeza no trato das questões que envolvem esta importante Corte do Estado. E vale reafirmar aqui a justificativa do nobre Deputado Orlando Pessuti: "A trajetória de vida do Senhor Artagão de Mattos Leão tem sido pautada pela honradez, dignidade e competência no desempenho das atribuições que até hoje lhe foram confiadas".

Pelo exposto somos pela parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTAFIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento nº 417, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Em Discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 419, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Encerrada a discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Quería que V.Exa. procedesse a veri-

ficação de votação e a leitura, na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Sr. 1º Secretário fará a leitura do Requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Procede leitura de Requerimento).

O SR. PÉPICLES MELLO (Pela Ordem) - Faço um apelo aos Senhores Deputados, em nome da razão, porque se o Deputado Renato Adur quer que faça constar nos Anais, nos documentos, ele vai à Tribuna e lê, e obrigatoriamente vai constar nos Anais. Acho até por racionalidade, os Deputados ponham a mão na cabeça e votem a favor.

Então em nome da racionalidade, acho um absurdo, uma coisa complicada votar contra. Peço aos Deputados que votem favoravelmente ao Requerimento.

Obrigado!

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós até entendemos a posição do Deputado Renato Adur.

O que ocorre é que eu, ao ir à Tribuna, fiz a leitura da Nota Oficial por parte do Governo do Estado - e se eu, num item aqui do Requerimento da Câmara de Vereadores de Pitanga, diz o seguinte: "Esclareço outrossim que em data de junho de 1996, deslocaram-se para o nosso município dois enviados do Governo Estadual, e que segundo poderá constatar-se pelo seu próprio mapa de voo, em relatório, permaneceram em nosso município num prazo de não mais de uma hora". E diz que o Secretário, que o Dr. Marcos, médico responsável pelo tratamento da hanseníase, e o Dr. José Luiz Rodrigues, Secretário Municipal de Saúde, que assumiu a Secretaria há menos de 10 dias - em virtude da desincompatibilização da Secretaria anterior, não conhecendo sobremaneira o problema vinculado sobre o assunto.

Se eu, evidentemente aprovar nesse termo em que está o Requerimento da Câmara, estou desmentindo a Nota Oficial do Governo do Estado.

Portanto, pediria ao Deputado Renato Adur que talvez faça um acordo da retirada desse Requerimento, na próxima Sessão ele refaz o seu Requerimento e não vejo o porquê aqui, aprovar. Só não posso admitir que eu tenha que aprovar um Requerimento aonde ele anexa a Nota Oficial e que tenta desmentir a Nota Oficial do Governador em exercício, Deputado Anibal Khury.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Presidente, me faz parecer que nós estamos em fase de votação.

O Deputado Romanelli pediu Verificação

de Votação, a Presidência já havia anunciado que o Requerimento havia sido rejeitado e nós estamos em fase de votação, como é que nós vamos votar a fase de discussão novamente do Requerimento?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, Pela Ordem e para registrar inclusive o meu Voto a favor, Deputado Élio Rusch, da aprovação do Requerimento, porque o Deputado Renato Adur é um responsável Deputado aqui nesta Casa, já está na sua 3ª Legislatura, prestou sempre relevantes serviços ao povo do Paraná e excepcionalmente sempre tem tido votações expressivas no Município de Pitanga.

Ora, o Deputado vai à Tribuna desta Casa, ocupa, a partir inclusive de uma denúncia que foi feita através de uma reportagem que foi aqui exibida e de uma discussão exaustiva que foi feita sobre a questão da hanseníase, não só no Município de Pitanga, mas também no Paraná. E para a nossa surpresa, para a minha, especialmente, agora quer se partidizar, quer se discutir, Deputado Edgar Ruvo, o problema da hanseníase a partir dos problemas políticos locais do Município de Pitanga.

Ora, o Vereador Paulo Siqueira, encaminhou ao Deputado Renato Adur e V.Exas. têm cópias desse documento que foi encaminhado, que rebate a nota oficial que foi assinado, não pelo Governador Anibal Khury, mas pelo Governo do Estado do Paraná.

Muito bem, ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é óbvio que as alegações que faz aqui o vereador, que é o primeiro Secretário da Câmara Municipal de Pitanga, ele diz que a Comissão que foi enviada não cumpriu o papel para o qual ela foi constituída.

Ora, francamente, a Comissão se deslocou daqui por via aérea, permanece cerca de uma hora no Município de Pitanga, houve segundo as próprias denúncias do vereador Paulo, pessoas que não têm qualificação profissional inclusive para avaliar a situação.

O que é que essa Casa quer? Primeiro Presidente, que a questão não seja partidizada, que se há problemas, e me parece que há problemas nessa questão, nós até dizemos o seguinte aqui na última sessão - que não é uma questão na verdade, essa questão da hanseníase no Paraná, é um caso muito mais grave, que transcende, transcende esse Governo, aos Governos anteriores, há cerca de 30 anos mais ou menos, já existe a identificação do bacilo que causa a hanseníase, já existe a cura. E nós estamos vendo que é uma situação inaceitável, não só no caso de Pitanga, o Paraná tem 6883 casos, notificados. As au-

toridades na área de saúde julgam que é maior o número, porque notificados são aqueles pacientes - que foram consultados e o médico notificou a Secretaria de Saúde Pública.

Então vejam os senhores, da gravidade. Esta Comissão não pode ir a Pitanga e ficar uma hora no município e fazer o Governo passar um atestado que tudo está bem no município. Não pode, Deputado Reny Porsatto, essa Comissão tem que ser responsável, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - A Comissão não disse que tudo está bem, pelo contrário, ela traz dados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa decide pela ausência do autor do Requerimento, o mesmo está retirado e informando, que estivemos pessoalmente na manhã de hoje com o Senhor Governador do Estado, o Deputado Renato Adur, e realmente nesse entendimento, que é o entendimento de toda essa Casa inclusive do orador que está falando.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Quero dizer, Excelência, o seguinte: se o Requerimento não pode ser votado, não pode ser votado, o Algaci Túlio encaminha contra, tudo bem, eu acho que a decisão da Mesa é correta em retirar o Requerimento, mas fique claro o seguinte: o que interessa é resolver o problema. Se a Comissão quer ir lá por problemas políticos, nós não temos nada a ver com problemas políticos local de Pitanga, meu Deus do Céu, o que nos interessa, e o que nos chocou a todos é o problema da hanseníase que tem que ser resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Respeitando o procedimento do Deputado Renato Adur nesse plenário, que sempre se portou da maneira que todos nós conhecemos e na sua ausência o requerimento está retirado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para concluir, quero que se esclareça que quando subi a tribuna - e ninguém aqui é contra - coloquei a informação de que o Secretário está à disposição da Assembléia, da Comissão da Saúde, da Comissão que foi tirada para acompanhar este caso, para trazer todos os esclarecimentos. E o próprio Prefeito de Pitanga também estará à disposição para vir a Casa e dar esclarecimentos.

O que nós não queremos é usar a Assembléia como um espaço de interesse político local, apenas isto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Res-

salvado também pelo Deputado Caio Quintana, que nem todos os senhores moradores, daquele belo, progressista Município de Pitanga, infelizmente que acontece isso, mas é um número realmente que a Saúde Pública irá ter a identificação através do levantamento.

O SR. EMEFSON NERONE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero apenas registrar, e até estava junto com os outros Deputados de Maringá, tentando descobrir nomes para registrar, amanhã o faremos. Mas na terça-feira passada - oito dias atrás - nós procuramos o Deputado Algaci Túlio e dissemos a ele: "Olha, Deputado, nós temos um caso de seqüestro lá em Maringá acontecendo", tinha acabado de acontecer, havia uma preocupação tremenda da família que tinha poucos bens e os seqüestradores estavam pedindo 120 mil reais.

Nós não sabíamos de que forma estava se dando aquele seqüestro, fomos até o Deputado Algaci Túlio, ele rapidamente entrou em contato com o Grupo TIGRE que deu todo o tipo de auxílio possível no andamento do caso em Maringá, mas, infelizmente, queria deixar registrado com pesar, pela morte que foi descoberta ontem daquele menino que nós tentávamos salvar daquele seqüestro. Ele foi morto e depois brutalmente incinerado pelos seqüestradores.

Queria deixar aqui toda a tristeza em nome do Deputado Marquinhos Alves, Joel Coimbra, Emerson Nerone que ficasse registrado nesta Casa que, foram feitos todos os esforços por parte da polícia, foi feito tudo por parte dos Poderes constituídos daquela cidade, é um lamento profundo dos Deputados de Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Associado com toda a Casa, e principalmente com a Mesa Executiva.

Requerimento nº 395, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 396, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 397 e 398, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 399, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 400, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Di-

retoria Legislativa.

Requerimentos n°s 401 e 402, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 403, 421 e 422, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 408, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 409, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 410, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 411, 412, 416 e 420, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 414, de autoria do Se-

nhor Deputado Techy Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 20, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 338/95.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 210/96.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 122/96.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 218 e 238/96.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 509/95; 022, 193 e 223/96.

Levanta-se a sessão.